

**FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A – FUCAPE RJ**

**KAREN CRISTINA NASCIMENTO FERREIRA**

**QUALIDADE DAS NOTAS EXPLICATIVAS DOS CONSELHOS  
FEDERAIS PROFISSIONAIS DO BRASIL: a influência da auditoria e  
de fatores organizacionais**

**RIO DE JANEIRO  
2023**

**KAREN CRISTINA NASCIMENTO FERREIRA**

**QUALIDADE DAS NOTAS EXPLICATIVAS DOS CONSELHOS  
FEDERAIS PROFISSIONAIS DO BRASIL: a influência da auditoria e  
de fatores organizacionais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Fucape Pesquisa e Ensino S/A – Fucape RJ, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Diego Rodrigues Boente

**RIO DE JANEIRO  
2023**

**KAREN CRISTINA NASCIMENTO FERREIRA**

**QUALIDADE DAS NOTAS EXPLICATIVAS DOS CONSELHOS  
FEDERAIS PROFISSIONAIS DO BRASIL: a influência da auditoria e  
de fatores organizacionais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Fucape Pesquisa e Ensino S/A – Fucape RJ, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração.

Aprovada em 31 de maio de 2023.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. DIEGO RODRIGUES BOENTE**  
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

---

**Prof. Dr. JOÃO EUDES BEZERRA FILHO**  
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

---

**Profa. Msc. MAIARA SASSO**  
Faculdade FIPECAFI

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me dado a força necessária para encarar este desafio e que não me deixou desistir.

Ao meu orientador, Professor Doutor Diego Rodrigues Boente, pelos valiosos conhecimentos compartilhados e por toda paciência, dedicação e competência com que conduziu o processo de orientação.

A todos os professores do mestrado que, com amor e dedicação à profissão, contribuíram para o meu desenvolvimento acadêmico.

Aos funcionários da Fucape pela atenção e simpatia, especialmente, Edna de Lima.

Aos colegas de turma, que foram tão companheiros e empáticos nesta árdua jornada, sempre dispostos a ajudar, em especial, Marconi dos Santos Miranda e Mariano Ramalho de A. Segundo.

Aos meus amigos, pelo incentivo, apoio e compreensão diante de tanta ausência.

À minha família, especialmente à minha mãe, Cristina, por todo apoio, suporte e amor, que foram imprescindíveis para tornar essa caminhada mais leve.

Ao meu esposo, Roberto, por tanta paciência e sabedoria ao lidar com os meus momentos de estresse e cansaço e por todo apoio e incentivo que me fizeram mais forte e resiliente para persistir no caminho desta conquista.

“Ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois quando nele se entra novamente, não se encontra as mesmas águas, e o próprio ser já se modificou. Assim, tudo é regido pela dialética, a tensão e o revezamento dos opostos. Portanto, o real é sempre fruto da mudança, ou seja, do combate entre os contrários.”

(Heráclito de Éfeso)

## RESUMO

Este estudo teve por objetivo verificar se a auditoria e fatores organizacionais dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional do Brasil (CFFPs) influenciaram a qualidade de suas notas explicativas às demonstrações contábeis do ano de 2021. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem quantitativa, predominantemente descritiva. Como fatores organizacionais, foram considerados o tamanho e o tempo de constituição destas entidades. Para a qualidade da informação contábil, como aproximação, construiu-se o Índice de Qualidade das Notas Explicativas (IQNE), com o intuito de avaliá-las sob dois aspectos: conformidade normativa e características qualitativas da informação contábil. Os resultados indicam que a auditoria, seja interna ou externa à entidade, melhora a qualidade das notas explicativas (NEs); o tamanho, cuja *proxy* é o número de inscritos, e o tempo de constituição, no entanto, não afetaram-na de modo significativo. Em que pese este estudo não tenha dado enfoque à governança organizacional e o tamanho do ativo dos CFFPs, as evidências apontam que há uma correlação positiva e significativa entre estes fatores e a qualidade das NEs. Por fim, apesar de as NEs dos CFFPs apresentarem, de modo geral, um bom grau de compreensibilidade, conclui-se que os CFFPs precisam aprimorar tanto a transparência ativa quanto passiva e a qualidade de suas NEs, sobretudo no tocante à comparabilidade e a tempestividade das informações contábeis. Tais resultados permitem fomentar as discussões sobre o processo de *accountability* dessas entidades ao fornecer um importante diagnóstico informacional para os órgãos regulamentadores e fiscalizadores, podendo impulsionar uma reavaliação das medidas de *enforcement* e de incentivo ao aprimoramento da qualidade destes relatórios contábeis.

**Palavras-chave:** qualidade da informação contábil; notas explicativas; auditoria; fatores organizacionais; conselhos profissionais.

## ABSTRACT

This study aimed to verify whether auditing and the organizational factors of Federal Professional Inspection Councils (FPICs) of Brazil influenced the quality of their explanatory notes (ENs) to the financial statements of the year 2021. For that, a bibliographical and documentary research was carried out, with a quantitative approach, predominantly descriptive. As organizational factors, were considered the size and time of constitution of these entities. For the quality of the accounting information, as an approximation, the Quality Index of the Explanatory Notes (QIEN) was built with the aim of evaluating them under two aspects: normative compliance and qualitative characteristics of the accounting information. The results indicate that the audit, whether internal or external to the entity, improves the quality of explanatory notes (ENs); the size, whose proxy is the number of subscribers, and the time it was established, however, did not significantly affect it. Although this study has not focused on organizational governance and the size of the FPICs' assets, the evidence points to a positive and significant correlation between these factors and the quality of the ENs. Finally, although the FPICs ENs generally present a good degree of comprehensibility, it is concluded that the FPICs need to improve the active and passive transparency and the quality of their ENs, especially with regard to the comparability and timeliness of the ENs. accounting information. Such results make it possible to encourage discussions about the accountability process of these entities by providing an important informational diagnosis for the regulatory and supervisory bodies, which can drive a reassessment of enforcement measures and incentives to improve the quality of these accounting reports.

**Keywords:** quality of accounting information; explanatory notes; auditing; organizational factors; professional inspection councils.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: <i>CHECKLISTS</i> I E II .....	35
TABELA 2: DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS DA PESQUISA.....	37
TABELA 3: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DO ÍNDICE DE QUALIDADE DAS NOTAS EXPLICATIVAS .....	40
TABELA 4: <i>RANKING</i> ÍNDICE DE QUALIDADE DAS NOTAS EXPLICATIVAS....	42
TABELA 5: ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	44
TABELA 6: CORRELAÇÕES.....	49
TABELA 7: CORRELAÇÕES.....	50
TABELA 8: COMPARAÇÃO AUDITORIA EXTERNA (VARIÁVEL D_EXTERNA1)	51
TABELA 9: TESTE DE MÉDIAS .....	52

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>10</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>16</b>
2.1. QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL .....	16
2.2. NOTAS EXPLICATIVAS (NEs) .....	19
2.3. A INFLUÊNCIA DA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	22
2.4. A INFLUÊNCIA DE FATORES ORGANIZACIONAIS NA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	24
2.4.1. A influência do tamanho da entidade na qualidade da informação contábil .....	25
2.4.2. A influência do tempo de constituição da entidade na qualidade da informação contábil .....	27
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>30</b>
<b>3. METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>30</b>
3.1. POPULAÇÃO.....	31
3.2. COLETA DE DADOS .....	31
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
<b>4. ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>40</b>
4.1. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	52
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>58</b>
<b>APÊNDICE A - LISTA DE SÍTIOS ELETRÔNICOS</b> .....	<b>72</b>
<b>APÊNDICE B – CHECKLIST I</b> .....	<b>73</b>
<b>APÊNDICE C – CHECKLIST II</b> .....	<b>77</b>
<b>APÊNDICE D – LISTA DE INFORMAÇÕES SOLICITADAS AOS CFFPS</b> .....	<b>82</b>
<b>APÊNDICE E - PONTUAÇÃO CHECKLIST I - CONFORMIDADE NORMATIVA</b> ...	<b>85</b>
<b>APÊNDICE F - PONTUAÇÃO CHECKLIST II - RELEVÂNCIA E REPRESENTAÇÃO FIDEDIGNA</b> .....	<b>86</b>
<b>APÊNDICE G - PONTUAÇÃO CHECKLIST II -COMPREENSIBILIDADE E COMPARABILIDADE</b> .....	<b>87</b>

<b>APÊNDICE H - PONTUAÇÃO <i>CHECKLIST</i> II - VERIFICABILIDADE E TEMPESTIVIDADE.....</b>	<b>88</b>
<b>APÊNDICE I - CFFPS QUE RESPONDERAM À SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES .....</b>	<b>89</b>

# Capítulo 1

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é verificar se a auditoria e fatores organizacionais dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional do Brasil (CFFPs), como o tamanho e o tempo de constituição da entidade, influenciam a qualidade de suas notas explicativas (NEs). Estes relatos foram avaliados sob os aspectos da conformidade normativa e das características qualitativas da informação contábil.

A contabilidade desempenha um papel relevante no que tange ao incentivo a *accountability*, eficácia e eficiência dos serviços públicos (Muda et al., 2018). Para que isso seja possível, são necessárias informações de qualidade, que sejam capazes de orientar e de melhorar a gestão governamental e de instrumentalizar o controle social (Bukenya, 2014).

A qualidade da informação contábil tem sido amplamente debatida na literatura contábil (Amiran et al., 2022). O aumento mundial de escândalos contábeis no início do século 21 aponta para deficiências na qualidade dos relatórios financeiros (Herath, 2017). Segundo Jonas e Blanchet (2000), a informação contábil para ser de qualidade precisa ser útil aos seus usuários. Além disso, deve dar suporte ao cumprimento de seu objetivo, que é o de fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão (Conselho Federal de Contabilidade [CFC], 2016b).

Para que a informação contábil atinja o seu propósito, ela deve apresentar as características de relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, comparabilidade, verificabilidade e tempestividade (Beest et al., 2009; FASB, 2010; CFC, 2016b).

Pode-se dizer também que a conformidade dos relatórios com as normas é necessária para salvaguardar a sua qualidade (Benjamin, 2008). Com efeito, além das características qualitativas, a conformidade também foi utilizada como *proxy* da qualidade da informação contábil por acadêmicos (Araya-Leandro et al., 2016; Ramos & Klann, 2019). Dada a complexidade de medir a qualidade da informação contábil (Beest et al., 2009), este estudo reconhece que o cumprimento da norma pode não satisfazer as necessidades dos usuários; porém, no setor público, esse é o melhor parâmetro a ser adotado.

Como parte integrante das demonstrações contábeis, as NEs têm a finalidade de fornecer informações úteis, relevantes e adicionais aos usuários destes relatórios para a tomada de decisão (Kieso et al., 2013; Henderson, 2019; CFC, 2016b).

Segundo Kieso et al. (2013), Rep (2021), Abreu e Bezerra Filho (2021), as NEs são consideradas essenciais para a transparência e a compreensibilidade das informações contábeis das entidades de modo geral, o que contribui para o controle social. Por serem importantes canais de comunicação, são responsáveis por auxiliarem na redução da assimetria informacional entre a entidade e seus usuários (Silva et al., 2019).

Gaynor et al. (2016) afirmam que avaliar objetivamente a qualidade dos relatórios contábeis é um desafio para a literatura acadêmica. Há uma dificuldade ainda maior quando se trata das NEs por prevalecer conteúdo de natureza qualitativa (Flores et al., 2015). Especificamente no setor público, há divulgação de notas de baixa qualidade, incipientes e, em muitos casos, até ausentes no conjunto de demonstrações contábeis das entidades (Araújo & Martins, 2016; Abreu & Bezerra Filho, 2021; Braga & Bezerra Filho, 2016; Costa & Junior, 2021; Macêdo & Klann, 2014).

Conforme Abreu e Bezerra Filho (2021), há carência de estudos que tratem especificamente de NEs. Também há carência de pesquisas sobre os Conselhos de Fiscalização Profissional (CFFPs), autarquias especiais que exercem um relevante papel à sociedade, cujos objetivos institucionais são regular, normatizar e fiscalizar a profissão (Breda, 2019). Ao desempenhar a função típica de Estado com poder de fiscalização técnica e ética, estas entidades protegem a sociedade de maus profissionais, principalmente aquelas relacionadas à vida, à saúde, ao bem-estar, à segurança e à liberdade da população (Trindade et al., 2021).

Com o intuito de compreender os fatores determinantes da qualidade e do nível de *disclosure* da informação contábil, pesquisas apontam evidências de que a auditoria e o arranjo de características organizacionais interferem nesta qualidade, como o tamanho e o tempo de constituição das entidades (Ahmed & Courtis, 1999; Aljifri et al., 2014; Agustiniingsih et al., 2017; Dechow et al., 2010; Dhaliwal et al., 2010; Ramos & Klann, 2019).

Os auditores desempenham um importante papel na qualidade das demonstrações contábeis (Gamayuni, 2018). Em virtude de sua função de assegurar que relatórios financeiros reportem fidedignamente a realidade da entidade, a auditoria eleva a confiança dos usuários nas informações divulgadas (Jiang et al., 2020; Pforsich et al., 2006).

O tamanho da organização também pode ser considerado uma característica que afete o nível de qualidade das informações evidenciadas. Quanto maior o seu tamanho, maior tende a ser a pressão provocada pelos usuários destas informações, melhorando-as (Avelino et al., 2014).

No caso do tempo de constituição da entidade, as mais antigas se revelam mais experientes quanto ao gerenciamento e efetividade de seus controles internos,

capazes, assim, de prover relatos de melhor qualidade (Doyle et. al, 2007). Neste mesmo sentido, conforme Huang et al. (2012), espera-se que a qualidade dos relatórios financeiros de uma organização melhore com o tempo, à medida que o controle interno se torne mais bem estruturado.

Nesse contexto, este estudo tem a seguinte questão de pesquisa: a auditoria e fatores organizacionais, como tamanho e tempo de constituição da entidade, influenciam a qualidade das NEs dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional do Brasil?

Estudos anteriores observaram fragilidades informacionais no primeiro setor, marcadas pela falta de clareza, utilização de jargões e excesso de informações, que acarreta um baixo nível de compreensão por parte dos usuários em relação às informações contábeis divulgadas (Oliveira et al., 2018). Uma adequada utilização de NEs foi um dos fatores elencados que poderia melhorar estes relatos (Abreu & Bezerra Filho, 2021; Oliveira et al., 2018,).

Esta pesquisa se justifica, portanto, pela necessidade de aprimoramento do nível de qualidade das notas explicativas reportadas pelo setor público e visa atender também à demanda global, levantada por Herath (2017), no tocante ao desenvolvimento de métodos ideais para avaliar a qualidade dos relatórios financeiros.

Ao passo que os escassos estudos sobre NEs do setor público brasileiro focaram na administração direta (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), o objeto desta pesquisa são os Conselhos Federais de Fiscalização Profissional do Brasil, cujos relatórios contábeis devem apresentar um bom nível de qualidade, em razão do seu dever constitucional de prestar contas à sociedade e promover uma adequada instrumentalização do controle social.

Avaliar a qualidade das NEs dos CFFPs possibilitará a identificação de possíveis problemas e oportunidades de melhoria relacionados à *accountability* mediada por estes relatos. Além disso, esta pesquisa pode contribuir para uma melhor compreensão da relação entre a auditoria e fatores organizacionais na qualidade da informação contábil, fornecendo insumos e considerações empíricas para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, visando melhorar a transparência e a prestação de contas dessas entidades.

Ante o exposto, as principais contribuições teóricas desta pesquisa são: (1) conhecer o nível de qualidade das NEs dos CFFPs; (2) entender a influência da auditoria de demonstrações contábeis, do tamanho e do tempo de constituição da entidade neste resultado; e (3) prover informações relevantes aos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, a fim de impulsionar uma reavaliação das medidas de *enforcement* e de incentivo com o intuito de aprimorar a qualidade dos relatórios contábeis.

No que concerne às contribuições práticas, destacam-se: (1) promover *benchmarking*, mediante o resultado do ranqueamento do Índice de Qualidade das Notas Explicativas (IQNE) para que haja o compartilhamento de conhecimento entre os preparadores de NEs; (2) conscientizar os gestores dos conselhos profissionais sobre a importância da auditoria contábil; e (3) elevar a percepção da relevância das NEs para o processo de tomada de decisão e de prestação de contas.

Os resultados desta pesquisa, portanto, podem ser úteis aos próprios conselhos profissionais e aos demais usuários das informações contábeis dessas entidades, como profissionais regulados, organizações públicas e privadas, entre outras partes interessadas.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: introdução, revisão de trabalhos científicos sobre qualidade da informação contábil, notas explicativas às demonstrações contábeis, bem como a influência da auditoria e de fatores organizacionais na qualidade desta informação. Na sequência: descrição da metodologia de pesquisa, análise dos dados e considerações finais, que contém as limitações e sugestões para futuras pesquisas.

## Capítulo 2

### 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão abordadas as referências teóricas que fundamentam as hipóteses que serão testadas e servem de suporte para o desenvolvimento prático da pesquisa. O referencial teórico foi subdividido nas quatro seções a seguir: (1) Qualidade da informação contábil; (2) Notas explicativas às demonstrações contábeis; (3) A influência da auditoria de demonstrações contábeis na qualidade da informação contábil; e (4) A influência de fatores organizacionais na qualidade da informação contábil.

#### 2.1. QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A qualidade informacional de relatórios financeiros tem grande relevância aos reguladores, o que propulsiona o interesse acadêmico em estudar as nuances desta variável de pesquisa (Gaynor et al., 2016, Amiran et al., 2022). Esta qualidade tem por escopo avaliar, entre outros aspectos, a fidedignidade acerca do desempenho e da realidade econômica e financeira da organização refletida nas demonstrações contábeis (Wood & Horner, 2010; Gaynor et al., 2016).

Um relatório financeiro de qualidade no setor público é aquele que é útil aos seus diversos usuários, provocando um impacto significativo na tomada de decisão e *accountability*, pois permite os cidadãos avaliarem a atuação dos gestores e o desempenho da entidade, bem como exijam transparência e responsabilidade no caso de detecção de fraudes e irregularidades (CFC, 2016b; Ribeiro & Carvalho, 2020; Silva & Silva, 2015).

No tocante à tomada de decisão, a qualidade da informação contábil agrega valor à entidade, sendo um suporte informacional ao planejamento, gerenciamento e controle das atividades e resultados. Informações de qualidade são necessárias à gestão das políticas e dos programas governamentais e à adequada alocação dos recursos confiados à entidade pública, auxiliando os gestores a atingirem os objetivos organizacionais de forma mais eficaz, eficiente e econômica, permitindo, assim, uma prestação de serviços de maior qualidade à sociedade (Feies et al., 2013; Jabir, 2013; Junior & Martins, 2016; Rezende et al., 2010).

Por outro lado, a baixa qualidade da informação contábil pode ter graves consequências à gestão pública, como decisões inadequadas, má alocação dos recursos, comprometimento da transparência e *accountability* e, até mesmo, um aumento do risco de corrupção e de conflitos de interesse (Cruz & Aquino, 2018; Almeida & Silva, 2020).

Em que pese ser consensual a importância da qualidade informacional dos relatórios contábeis, medir e operacionalizar essa qualidade é um dos principais problemas observados na literatura contábil (Beest et al., 2009) e, segundo Yoon (2007) e Dechow et al. (2010), não há na literatura uma forma de medi-la que seja totalmente confiável, precisa e geralmente aceita.

Pode-se observar que a maioria dos esforços por parte dos acadêmicos na avaliação da qualidade dos relatórios financeiros são voltados ao âmbito do setor privado (Rakhman & Wijayana, 2019; Peres & Barbosa, 2021). Logo, grande parte das medidas desenvolvidas não se aplicam às entidades governamentais, cujo objetivo principal é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro (CFC, 2016b; Peres & Barbosa, 2021).

Beest et al. (2009), ao notarem que na literatura até então só havia medidas que se concentravam em atributos específicos acerca da qualidade da informação contábil, como a consistência e relevância, desenvolveram um método de avaliação que contempla praticamente todas as características qualitativas da informação contábil.

Segundo Andelina e Santoso (2021), as características qualitativas são fatores importantes que devem ser considerados na elaboração e divulgação dos relatórios financeiros das organizações. A metodologia baseada nesses atributos tem sido aplicada empiricamente por pesquisadores na área contábil com foco no setor privado, a exemplo de Yurisandi e Puspitasari (2015). Como um aspecto positivo, diferentemente de outras medidas exploradas pela literatura aplicáveis somente ao segundo setor, esta possibilitou avaliar também as entidades do setor público, como pode ser visto no estudo de Peres e Barbosa (2021).

Alternativamente, pode-se considerar que a conformidade também apresenta relação com a qualidade contábil e, por vezes, é tratada como *proxy* desta variável, a exemplo do estudo de Ramos e Klann (2019). Segundo Barth et al. (2001) e Barth et al. (2007), o fato de as demonstrações contábeis serem elaboradas a partir das normas contábeis, produzidas com o intuito de refletirem a real realidade econômica e financeira da organização, pode-se afirmar, por conseguinte, que o cumprimento da legislação vigente provoca melhoria na qualidade.

Dada a relevância da qualidade contábil, autores associaram-na a diversos fatores com o objetivo de melhor compreendê-la. Pesquisadores observaram que esta não decorre apenas da qualidade das normas contábeis, mas também advém de incentivos e da interação de diversas variáveis, como o sistema legal e fiscal de um país, auditoria, controle interno, tamanho, idade e a estrutura de governança de uma

organização, por exemplo (Ball et al., 2003; Holthausen, 2009; Christensen et al., 2015; Ball, 2016; Alrawahi & Sarea, 2016; George et al., 2016).

## 2.2. NOTAS EXPLICATIVAS (NES)

As notas explicativas têm ganhado mais destaque nos últimos anos, tendo em vista que, no contexto atual, a sociedade contemporânea exige, além do cumprimento do princípio constitucional da legalidade, cada vez mais transparência, eficiência, economicidade e efetividade na gestão pública (Costa & Junior, 2021).

Apenas a divulgação das demonstrações contábeis pode não ser suficiente para o melhor entendimento dos resultados apresentados, devendo ser enriquecida com informações qualitativas que possam ser evidenciadas, entre outras, em notas explicativas ou relatórios de gestão (Rep, 2021).

Costa e Junior (2021) argumentam que as notas explicativas, para serem adequadas e úteis aos seus usuários, de forma a proporcionar melhores decisões econômicas e financeiras, devem observar os atributos da relevância, fidedignidade, comparabilidade, tempestividade, verificabilidade, entre outros. Esse entendimento é defendido por Ludícibus (2017), recomendando que se sigam as orientações emanadas pelas características qualitativas da informação contábil no momento de elaboração das DCs.

Nesse sentido, Carneiro (2021) destaca que uma adequada elaboração de NES é vital no processo de aprimoramento da gestão dos recursos públicos e no aumento da confiança da sociedade na administração pública por possuírem a característica de ser um relevante instrumento de transparência das informações contábeis de uma entidade pública.

Sá et al. (2016), Santos et al. (2018) e Leme et al (2017) defendem que as NEs aumentam a transparência das entidades públicas e a compreensibilidade das demonstrações contábeis, pois fornecem informações adicionais relevantes que não estão presentes nos relatórios financeiros. Estes relatos, ao divulgarem informações sobre as operações e as transações realizadas pela entidade, contribuem para o aumento da confiança dos cidadãos na gestão dos recursos públicos (Santos et al, 2018).

Na mesma direção, Agustiningsih et al. (2017) e Abreu & Filho (2020) destacam que as NEs melhoram o processo de *accountability* pública. Como parte integrante das demonstrações contábeis, estas notas têm o condão de elucidá-las, aprimorá-las e suplementá-las, de modo a auxiliar os usuários na tomada de decisão e na interpretação do conteúdo informacional apresentado (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b).

Segundo Ponte e Oliveira (2004), uma das funções das NEs é descrever as práticas contábeis que a entidade utiliza na elaboração das DCs e relatar também possíveis efeitos ocasionados pela incorreta ou inadequada aplicação de procedimentos contábeis que possam provocar distorções nesses reportes. Desse modo, sua principal finalidade é destacar as informações de impacto que, muitas vezes, não são facilmente identificadas nas demonstrações contábeis (Ponte & Oliveira, 2004).

No tocante ao conteúdo das NEs, Abreu e Bezerra Filho (2021) afirmam que uma das funções das NEs é apresentar informações sobre as políticas contábeis adotadas pela entidade na elaboração das DCs, as bases de mensuração utilizadas, eventos e transações relevantes que ocorreram durante o período contábil, como por exemplo, contingências, eventos subsequentes, entre outros.

Conforme exposto, as NEs assumem um importante papel no processo de *accountability* e transparência no setor público; no entanto, autores notam alguns problemas ou carência na sua divulgação. Braga e Bezerra Filho (2016), Amorim e Marques (2019) e Abreu e Bezerra Filho (2021) apontam que muitas entidades do setor público não evidenciam NEs e quando o fazem, apresentam-nas de baixa qualidade.

Penido et al. (2011), ao analisarem a compreensão dos cidadãos acerca de demonstrativos financeiros, observaram que os entrevistados apresentaram dificuldade em entender as informações contidas nesses instrumentos, seja pela forma gráfica, seja por uma linguagem repleta de termos técnicos. Como meio de superar estes entraves, os entrevistados sugeriram uma adaptação da linguagem e a introdução de NEs, glossários e gráficos para possibilitar uma melhor compreensão por parte dos cidadãos de modo geral.

Oliveira et al. (2018), por sua vez, aplicaram um questionário a alunos de graduação de uma universidade e os resultados caminharam na mesma direção: houve indícios de baixo grau de compreensão das informações contábeis geradas pelo setor público. A pesquisa aponta a falta de clareza, a ausência de explicações, e a presença de termos técnicos como causas desta deficiência. Como sugestão dos entrevistados, as NEs foram uma das possibilidades apresentadas no estudo que poderiam elevar a qualidade dos relatórios contábeis.

Após explorar possíveis razões para as diferenças percebidas entre os valores reconhecidos em demonstrativos contábeis primários e aqueles evidenciados em NEs, Novak (2016) sugere que os elaboradores de demonstrações financeiras são mais zelosos com os reconhecimentos, em detrimento às divulgações em NEs. Isto

se deve a um baixo nível de *enforcement* aplicado pelos auditores às NEs (maior tolerância a distorções) e uma pressão maior ao reconhecimento contábil.

Os objetivos das NEs, portanto, são enunciar informações gerais da organização e fornecer explicações textuais confiáveis e fidedignas sobre os relatórios contábeis (Kerezi et al., 2018). Por um lado, estas notas derivam de regulamentos legais, mas por outro, dependem de características específicas de uma determinada organização (Róth et al., 2008; Kerezi et al., 2018).

### 2.3. A INFLUÊNCIA DA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Os serviços de auditoria podem ser executados tanto por auditores externos à entidade, quanto por auditores internos. A função precípua da auditoria externa é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários, com a finalidade de garantir maior qualidade das informações financeiras reportadas (Power, 2003; Jegers, 2008; Puyvelde et al., 2012; CFC, 2016a).

Jiang et al. (2020) consideram que uma auditoria independente é fundamental para garantir a confiabilidade da informação contábil divulgada pelas entidades, pois mostram que a presença de um auditor independente aumenta a confiança dos usuários na informação divulgada e melhora a qualidade da informação contábil. Além disso, a presença de um auditor independente pode ajudar a evitar práticas contábeis questionáveis ou fraudulentas (Jiang et al., 2020).

A auditoria pode aumentar a qualidade das informações contábeis, tornando-as mais confiáveis e relevantes para os usuários da informação. Alguns autores destacam que a presença de auditores independentes pode reduzir o risco de

manipulação de informações financeiras por parte da administração, aumentando, assim, a confiabilidade da informação contábil (Defond et al., 2016; Jiang et al., 2020).

Já a auditoria interna, além da atribuição de asseguração (Church et al., 2004; Institute of Internal Auditors [IIA], 2009; Gramling et al., 2004; Oxner & Oxner, 2006; Pforsich et al., 2006; Sawyer et al., 2003), trata-se de uma atividade objetiva e independente de avaliação e consultoria, que tem o objetivo de aprimorar as rotinas e agregar valor a uma organização (Al-wardat, 2014; Controladoria Geral da União [CGU], 2017; Moeller, 2010; Spencer, 2010).

Em virtude de comportamentos organizacionais antiéticos, fraudes, más decisões de gestão e outras práticas consideradas inaceitáveis (Spencer, 2010), vários órgãos nacionais e internacionais introduziram regulamentos sobre governança corporativa. Um dos requisitos da governança se refere à implementação das funções de auditoria interna no processo de divulgação de informações contábeis, sobretudo porque geralmente proporcionam divulgações de qualidade mais elevada (Gras-Gil et al., 2012).

Seguindo esse entendimento, Cohen et al. (2004), Peasnell et al. (2005), Gastón et al. (2007), Mayoral e Sánchez-Segura (2008) e Perdana (2018) apontam que uma boa governança corporativa está positivamente associada à qualidade dos relatórios financeiros.

No âmbito governamental, de acordo com Hay e Cordery (2018), a auditoria interna proporciona benefícios diretos aos usuários, tanto internos quanto externos, sobretudo no que concerne à *accountability* pública. No Brasil, o Decreto nº 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal, aborda o papel da auditoria interna como uma sistemática e disciplinada

avaliação que provoca melhoria nos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos e de governança.

Pesquisas estudaram a relação entre a auditoria interna e a auditoria externa e o reflexo desta interação na qualidade dos relatórios financeiros (Maletta, 1993; Felix et al., 1998; Gramling, 1999; Krishnamoorthy, 2001). Segundo Fowzia (2010), a relação entre a auditoria externa e a interna é de complementaridade, pois uma boa cooperação entre ambas tende a melhorar a qualidade das informações contábeis (Maletta, 1993; Felix et al., 1998; Gramling, 1999; Krishnamoorthy, 2001; Sarbanes-Oxley, 2002).

Ao dar importância a este arcabouço teórico, em que a auditoria tende a influenciar positivamente a qualidade da informação contábil, formulou-se a Hipótese 1 (H<sub>1</sub>):

H<sub>1</sub>: Os CFFPs cujas demonstrações contábeis são auditadas, apresentam NEs de melhor qualidade.

## 2.4. A INFLUÊNCIA DE FATORES ORGANIZACIONAIS NA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Com a finalidade de compreender os determinantes do *disclosure*, pesquisadores da área contábil têm investigado associações entre as características organizacionais e as divulgações em relatórios anuais corporativos desde 1961 (Ahmed & Courtis, 1999).

Nesse contexto, os estudos que examinaram os fatores que afetam a qualidade da informação contábil, no âmbito de empresas privadas e organizações sem fins lucrativo, identificaram uma relação (positiva e negativa) entre as características das

organizações, tanto em relação ao seu nível de qualidade, quanto ao nível de *disclosure* (Ramos & Klann, 2019).

No setor público, estudos também demonstram evidências de que há uma relação entre as características organizacionais, a qualidade das demonstrações financeiras e os níveis de transparência das entidades. Estas relações afetam a maneira como os órgãos são geridos e cobrados pelos usuários para que eles sejam responsáveis (Garcia-Lacalle & Torres, 2021).

#### **2.4.1. A influência do tamanho da entidade na qualidade da informação contábil**

A literatura contábil demonstra ligação entre o nível de qualidade da informação contábil e o nível de divulgação com o tamanho da entidade (Ball & Foster, 1982; Lang & Lundholm, 1993; Bushman et al., 2004; Dechow et al., 2010; Behn et al., 2010). Uma alta qualidade dos relatos financeiros, resultante de bons níveis de *disclosure*, serve de base para uma tomada de decisão mais eficiente, além de agregar valor à entidade (Rusady & Prasetyo, 2018).

Dentre artigos seminais e atuais, Ahmed e Courtis (1999) encontraram uma relação positiva entre o tamanho da organização e os níveis de divulgação dos relatórios financeiros. O tamanho, medido, por exemplo, pelo ativo total, receita total ou número total de acionistas, é associado de forma positiva com os níveis de divulgação, indicando que as entidades maiores adotam as melhores práticas de evidenciação (Ahmed & Courtis, 1999).

Al-Mutawa (2010) examinou as divulgações de 48 empresas do Kuwait alusivas a 2006 e, dentre as características associadas, apenas o tipo de indústria e o tamanho têm efeito positivo com o atendimento dos requisitos de divulgação das *International*

*Accounting Standards* (IAS). Enquanto Al-Mutawa (2010) focou em empresas não financeiras, Al-Shammari (2011) verificou a extensão de *compliance* às *International Financial Reporting Standards* (IFRS) de 168 empresas listadas na bolsa de valores do Kuwait e também encontrou relação positiva quanto ao tamanho da empresa.

Coelho e Teixeira (2021), ao avaliarem a qualidade de *disclosure* nas demonstrações dos Conselhos de Fiscalização Profissional, apontaram que quanto maior for um determinado conselho, mais elevado é o seu nível de *disclosure*. Os resultados apresentaram, portanto, uma correlação positiva entre o nível de divulgação e o tamanho da entidade, além de uma melhora geral da qualidade das demonstrações contábeis com o passar dos anos (Coelho & Teixeira, 2021).

Há também pesquisas que abordam os níveis de qualidade contábil em relação ao tamanho da organização. Ramos e Klann (2019) correlacionaram a qualidade da informação contábil e as características organizacionais das entidades do terceiro setor e observaram que o tamanho dessas organizações possui influência significativa e positiva sobre a qualidade contábil apurada.

Garcia-Lacalle e Torres (2021) utilizaram o tamanho da entidade para explicar a qualidade dos relatórios financeiros nas Agências Governamentais da Espanha. Para os autores, entidades maiores tendem a ser mais complexas e a lidar com um maior volume de recursos, o que geralmente eleva o nível de controle social.

No desafio de identificar os determinantes da conformidade às normas internacionais, variável que permite uma melhor qualidade informacional, e tentar entender os motivos pelos quais algumas entidades ou países se encontram em diferentes graus de aderência às normas de contabilidade, pesquisadores realizaram uma série de associações entre o nível de conformidade em relação às características

organizacionais, dentre estas o tamanho da entidade (Al-Mutawa, 2010; Al-Shammari, 2011; Juhmani, 2012; Costa & Oliveira, 2015).

Em sua pesquisa, Juhmani (2012) analisou 41 relatórios anuais de empresas listadas na bolsa de Bahrein relativas ao exercício financeiro de 2010, resultando em um índice geral de divulgação. As suas evidências revelam uma aderência de 80,7% em relação às 27 IFRS aplicáveis e que as grandes empresas cumprem mais requisitos obrigatórios das IFRS do que as pequenas empresas.

Nesse mesmo sentido, Alfaraih (2009), Galani et al. (2011) e Aljifri et al. (2014) afirmam que a característica organizacional relacionada ao seu tamanho influencia positivamente as práticas de divulgação obrigatória. Este efeito se justifica em razão de as maiores organizações serem, geralmente, mais antigas, possuindo sistemas de relatórios mais eficientes, o que torna a conformidade menos dispendiosa e que as maiores instituições tendem a possuir mais recursos financeiros para investir em *compliance* do que as empresas menores (Al-Shammari et al., 2008).

As NEs consolidadas das empresas cotadas na *Euronex Lisbon*, relativas ao período de 2005 a 2010, também foram objeto de avaliação para construção de um índice de conformidade à Norma Internacional de Contabilidade 16 "Ativos Fixos Tangíveis" por Costa e Oliveira (2015). Os autores concluíram que as maiores empresas são as que mais cumprem os requisitos de divulgação presentes nesta norma.

#### **2.4.2. A influência do tempo de constituição da entidade na qualidade da informação contábil**

Alguns estudos revelam que a qualidade da informação contábil está relacionada com algumas características das entidades, dentre elas, o tempo de

constituição da entidade, também chamado de idade (Beisland & Mersland, 2014; Hasnan et al., 2020; Wati et al., 2020; Olaoye, 2022, Ramos & Klann, 2015).

De modo geral, as entidades mais experientes apresentam uma melhor evidenciação contábil, em virtude de possuírem um maior conhecimento das legislações e dos processos contábeis (Ramos & Klann, 2015).

Owusu-Ansah (2000) realizou um estudo com a utilização da pontualidade (tempestividade) dos relatórios anuais das empresas não financeiras listadas na Bolsa de Valores do Zimbábue para medir a qualidade da informação contábil. Os resultados mostraram uma relação positiva entre as entidades mais antigas e a tempestividade das demonstrações contábeis. Segundo o autor, isso se deve ao fato de que a qualidade dos relatórios financeiros pode ser influenciada pelo tempo de constituição da entidade, ou seja, seu desenvolvimento e crescimento (Owusu-Ansah, 2000).

Em estudos mais recentes, Ramos e Klann (2015) pesquisaram a relação entre a qualidade da informação contábil e as características das entidades do terceiro setor brasileiro. O tempo de constituição das entidades foi uma das características associadas à qualidade contábil. Os resultados indicaram que essa variável influencia positivamente esta qualidade e uma possível explicação para este fato é que as organizações mais antigas, de modo geral, possuem mais experiência nos métodos de controles internos e uma gestão mais eficiente, o que torna suas divulgações mais completas e de melhor qualidade (Ramos & Klann, 2015).

Nesse contexto, o estudo sobre a qualidade dos relatórios financeiros das empresas nigerianas listadas na bolsa de valores utilizou o tempo de constituição das entidades como uma variável que pode influenciar o nível de qualidade das demonstrações contábeis (Kibiya et al., 2016). O estudo de Waluyo (2017) concluiu que esta é positivamente relacionada à qualidade dos relatos financeiros, sugerindo

que, com o passar do tempo, as entidades adquirem mais experiência e se tornam mais propícias a aperfeiçoarem seus procedimentos de controle interno (Iyoha, 2012) e de governança (Olowokure et al., 2016).

Abang'a (2017) avaliou a qualidade dos demonstrativos contábeis do Quênia antes e depois da adoção das normas internacionais de contabilidade do setor público (IPSAS) e utilizou o tempo de constituição das agências governamentais como fator para explicá-la. O autor ressalta a importância da qualidade dos relatos financeiros do setor público em razão da necessidade de prestar informações para fins de *accountability* (Abang'a, 2017).

O estudo definiu o tempo de constituição das entidades a partir do ano de criação da entidade e mediu a variável qualidade sob o ponto de vista das características fundamentais e de melhoria da informação contábil. O resultado encontrado foi um melhor nível de qualidade informacional nos relatos financeiros após a adoção das IPSAS.

Além disso, os achados revelaram que a variável tempo de constituição das entidades é um determinante significativo da qualidade dos relatórios financeiros das agências governamentais e que para obter demonstrações de melhor qualidade faz-se necessária a implementação de políticas voltadas à profissionalização das entidades públicas mais jovens (Abang'a, 2017).

## Capítulo 3

### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para atender aos objetivos estabelecidos neste estudo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem quantitativa, predominantemente descritiva. Empregou-se teste de média com o objetivo de analisar se a auditoria influencia a qualidade das NEs dos CFFPs, além de métodos estatísticos univariados, como mínimo, máximo, desvio-padrão e correlação, a fim de descrever as variáveis desta pesquisa.

Para fins deste estudo, considerou-se no escopo de NEs informações financeiras e não financeiras relacionadas ao desempenho e à realidade econômico-financeira da entidade, tais como aspectos patrimoniais, financeiros, orçamentários e/ou de custos.

A escolha da base de análise levou em conta o prazo disposto na Instrução Normativa nº 84 do Tribunal de Contas da União (TCU) para divulgação da prestação de contas por parte destas autarquias. Elegeu-se o exercício financeiro de 2021, em função de ser o ano mais recente cuja divulgação já havia se tornado obrigatória no momento da coleta de dados.

Os dados foram organizados em painel *cross section* e importados do MS Excel® para o Software Stata®. Por meio do gráfico *boxplot*, verificou-se a presença de *outliers* nas variáveis e, para tratá-los, realizou-se a técnica de winsorização ao nível de 1%.

### 3.1. POPULAÇÃO

O universo desta pesquisa contempla os 32 Conselhos Federais de Fiscalização Profissional do Brasil que publicaram notas explicativas, além daqueles cujos dados foram obtidos em portais da transparência ou por meio da lista de solicitação de informações constante no apêndice F.

Importante mencionar que a Ordem de Advogados do Brasil (OAB) não integrou o escopo deste estudo, em virtude de possuir características *sui generis* que a diferencia dos demais conselhos.

### 3.2. COLETA DE DADOS

No tocante à coleta dos dados, as NEs foram obtidas dos portais de transparência dos CFFPs constantes nos sítios eletrônicos elencados no apêndice A. Após esta etapa, enviou-se, por meio dos canais eletrônicos de comunicação (Ouvidoria e e-SIC), uma lista de solicitação de informações contendo perguntas cruciais para responder à questão central desta pesquisa (apêndice F).

Posteriormente, iniciou-se a fase de aplicação dos *Checklists* I e II, contidos nos apêndices B e C, respectivamente. Enquanto o *Checklist* I foi desenvolvido visando avaliar a qualidade das NEs sob o prisma da conformidade normativa, o *Checklist* II objetivou analisá-las sob a ótica das características qualitativas da informação contábil.

O *Checklist* I foi adaptado do modelo desenvolvido por Abreu e Bezerra Filho (2021), de modo a aproximá-lo às especificidades dos CFFPs e atualizá-lo quanto às normas de contabilidade aplicáveis ao setor público vigentes no exercício de 2021.

De modo complementar, o *Checklist* II decorre dos modelos construídos por Abreu e Bezerra Filho (2021), Beest et al. (2009), Gabriel (2011) e Lourenço e Francisco (2016), que os torna mais aderentes à realidade dessas autarquias, considerando que a maioria destes autores não os empregaram em entidades públicas, e sim em empresas do setor privado.

O *Checklist* I contém 15 quesitos, extraídos do MCASP 8ª edição ou das NBC TSPs, que foram desmembrados em um total de 62 itens. Já o *Checklist* II abrange 17 itens, sendo 4 sobre a característica relevância; 4, representação fidedigna; 4, compreensibilidade; 3, comparabilidade; 1, verificabilidade e 1 sobre tempestividade.

Quanto à pontuação, diferentemente do *Checklist* II, que cada quesito possui um critério específico conforme demonstrado no apêndice B, no *Checklist* I, para cada item avaliado, será utilizada uma escala estruturada com avaliação de três pontos: (1) 0 para não atendimento do item; (2) 1 para atendimento parcial; e (3) 2 para atendimento integral.

Decidiu-se por não atribuir pesos diferentes aos itens avaliados, pois pesquisas anteriores não indicaram diferenças significativas no desempenho entre índices não ponderados e ponderados (Robbins & Austin, 1986; Ingram & DeJong, 1987).

Na maioria dos casos, as NEs foram inseridas na prestação de contas anual do conselho e, ao seguir o critério adotado por Abreu e Bezerra Filho (2021), foram consideradas informações contábeis, independentemente de terem sido apresentadas em título próprio de “Notas Explicativas” ou não.

Considerando que a ausência de informações sobre determinados assuntos faz emergir a dúvida se determinado fato gerador ocorreu ou se houve omissão de informação, esta pesquisa adotou o seguinte critério: pontuação 0, caso não haja

informação sobre o item ou 2, no caso em que a NE deixou claro que aquele evento não aconteceu. Por exemplo, mesmo que um CFFP não tenha ativos contingentes a serem divulgados, as práticas contábeis que ele adota para levantar e evidenciar essa natureza de informação é que foram avaliadas.

Ao analisar as respostas da solicitação de informações quanto ao questionamento 1 do apêndice F, alguns CFFPs consideram que a Comissão de Tomada de Contas (CTC) e o Conselho de Gestão Fiscal (CGF), ou congêneres, realizam serviço de auditoria interna. Entretanto, para fins desta pesquisa, essas comissões não foram consideradas, em virtude de não serem compostas por cargos técnicos especialistas na área de auditoria contábil.

A avaliação de conteúdo das NEs resultou no Índice de Qualidade das Notas Explicativas (IQNE), *proxy* que representa o nível de qualidade da NE do CFFP. Optou-se por construir o IQNE, pois medir a qualidade com o uso de um índice é um dos métodos mais comuns, conforme as pesquisas de Gabriel (2011), Yurisandi & Puspitasari (2015) e Ramos & Klann (2019).

Para calcular o IQNE de cada CFFP, primeiramente, aplicou-se a equação 1 a seguir, cujo resultado é a pontuação por quesito avaliado.

$$S = \sum_{i=1}^n q$$

Onde:

S: pontuação obtida por cada Conselho Federal em cada quesito.

i: número de itens do quesito a serem verificados.

n: número máximo de pontos a serem obtidos no quesito.

q: somatório da pontuação obtida em cada item.

Cabe destacar que o IQNE pode variar de 0,00 a 1,00: quanto mais próximo de 1,00, maior é a qualidade da NE. Já em percentual, quanto mais próximo de 100%, melhor é a qualidade. O IQNE corresponde à proporção entre a soma da pontuação dos quesitos dos *Checklists* I e II em relação à soma da pontuação máxima dos quesitos avaliados.

Posteriormente, aplicou-se a equação 2 para calcular o IQNE de cada CFFP, conforme abaixo:

$$\text{IQNE} = \frac{\sum S}{\sum T}$$

Onde:

IQNE: Índice de Qualidade da Nota Explicativa.

S: pontuação obtida por cada CFFPs em cada quesito.

$\sum S$ : Somatório da pontuação obtida por cada CFFPs em cada quesito.

T: pontuação máxima de cada quesito analisado.

$\sum T$ : Somatório da pontuação máxima de cada quesito analisado.

Para elucidar, na Tabela 1, apresentam-se as pontuações máximas dos critérios a serem analisados e, nos apêndices E ao H, as pontuações detalhadas de cada *checklist*.

**TABELA 1: CHECKLISTS I E II**

<i>Proxies</i> de Qualidade	Pontuação máxima
Conformidade	124
Relevância	8
Representação Fidedigna	8
Comparabilidade	6
Compreensibilidade	8
Verificabilidade	2
Tempestividade	2
Pontuação máxima do IQNE ( $\Sigma T$ )	158

Nota: esta tabela apresenta a pontuação máxima de cada item.

Fonte: elaborada pela autora.

A prática de adotar outras entidades de excelência como referência para o aprimoramento do desempenho organizacional é tratada na literatura como *Benchmarking* (Laurie, 2004). Portanto, no setor público, o *benchmarking* é caracterizado pela cooperação das entidades de modo a contribuir para o bem coletivo, além de fomentar a competição por melhores resultados (Kouzman et al., 1999).

A fim de fornecer aos diversos usuários uma perspectiva mais transparente, estimular o aprimoramento das NEs às DCASPs e promover *benchmarking*, elaborou-se um *ranking* dos CFFPs, a ser apresentado em tópicos posteriores, buscando evidenciar aqueles que apresentaram os melhores níveis de qualidade informacional no tocante às NEs.

Nos casos de empate, adotou-se como critério de classificação a ordem alfabética, considerando a profissão que o CFFP fiscaliza. Isto porque não há hierarquia entre as características qualitativas, já que, conforme o Conselho Federal de Contabilidade (2016b), a importância relativa destas características em cada situação é uma questão de julgamento profissional.

O IQNE, enquanto *proxy* para qualidade das notas explicativas, trata-se da variável dependente desta pesquisa. As variáveis independentes, que visam explicar o comportamento da variável IQNE, são Auditoria de DCs (*d\_externaouinterna1*), Tamanho da entidade (*inscritos*) e Tempo de constituição da entidade (*ld*).

A variável Auditoria de DCs (*d\_externaouinterna1*) busca identificar aqueles CFFPs cujas demonstrações contábeis são avaliadas por uma auditoria, seja interna ou externa. A *proxy* para tamanho da entidade é o número de inscrições ativas no sistema de conselhos daquela profissão, abrangendo tanto pessoas físicas (PF), quanto pessoas jurídicas (PJ). O tempo de constituição da entidade, por sua vez, compreende o tempo decorrido entre a data da lei de criação do conselho até a data desta pesquisa.

TABELA 2: DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS DA PESQUISA

	Variáveis	Proxy/descrição	Sigla	Relação	Fundamentação
	Índice de Qualidade das Notas Explicativas	Obtida mediante aplicação de <i>Checklists</i>	IQNE	-	-
Auditoria contábil	Auditoria contábil	Indicador que assume valor 1 para o CFFP cujas DCs são avaliadas por auditores, sejam externos ou internos; 0, caso contrário	d_externaouinterna1	Positiva	Power (2003); Jegers, (2008); Puyvelde et al. (2012);Jiang et al. (2020)
Fatores organizacionais	Tamanho	Número de profissionais inscritos ativos no sistema de conselhos daquela profissão (pessoas físicas e pessoas jurídicas)	ninscritos	Positiva	Al-Mutawa (2010); Al-Shammari, (2011); Juhmani (2012); Ramos e Klann (2019)
	Tempo de constituição da entidade	Tempo decorrido entre a data da lei de criação do Conselho até a data desta pesquisa	ld	Positiva	Owusu-Ansah (2000); Ramos e Klann (2015); Kibiya et al. (2016); Abang'a (2017)
Características relacionadas aos <b>profissionais contábeis</b> elaboradores das DCs de 2021 (empregados ou não)	Nº de profissionais contábeis de livre nomeação e exoneração em 2021	Número de profissionais contábeis de livre nomeação e exoneração elaboradores das DCs de 2021	Nprofcontlivno mexoDC		
	Forma de contratação do serviço contábil	Indicador que assume valor 1 para o CFFP que contrata serviços contábeis terceirizados; 0, caso contrário	d_terceircontDC1		
	Remuneração média	Remuneração média dos profissionais contábeis elaboradores das DCs de 2021	RemMprofcontDCs_w		
	Especialização	Número de profissionais contábeis elaboradores de DCs empregados da entidade com pós-graduação lato sensu na área de contabilidade	Nprofcontlatose nsuDC		
	Especialização	Número de profissionais contábeis elaboradores de DCs empregados da entidade com pós-graduação stricto sensu (mestrado) na área de contabilidade	Nprofcontmestr dDC		

	Variáveis	Proxy/descrição	Sigla	Relação	Fundamentação
	Especialização	Número de profissionais contábeis elaboradores de DCs empregados da entidade com pós-graduação stricto sensu (doutorado) na área de contabilidade	NprofcontdoutDC		
	Capacitação	Investimento médio na capacitação de profissionais contábeis elaboradores de DCs empregados da entidade realizado em 2021 na área de contabilidade	CapacitprofcontDC		
	Vínculo empregatício	Tempo médio de vínculo empregatício entre os profissionais contábeis elaboradores de DCs e o CFFP	TempMprofcontDCs		
	Nº de profissionais contábeis efetivos em 2021	Número de profissionais contábeis efetivos elaboradores das DCs de 2021	NprofcontfetDC		
Características relacionadas aos <b>auditores</b> das DCs de 2021	Especialização	Número de auditores internos de DCs com pós-graduação lato sensu na área de contabilidade	NaudlatosensuDC		
	Especialização	Número de auditores internos de DCs com pós-graduação stricto sensu (mestrado) na área de contabilidade	NaudmestrDC		
	Especialização	Número de auditores internos de DCs com pós-graduação stricto sensu (doutorado) na área de contabilidade	NauddoutDC		
	Capacitação	Investimento na capacitação de auditores internos de DCs realizado em 2021 na área de contabilidade	CapacitaudDC		
	Vínculo empregatício	Tempo médio de vínculo empregatício entre os auditores internos de DCs e o CFFP	TempMaudDCs		
	Nº de auditores contábeis internos efetivos em 2021	Nº de auditores internos efetivos avaliadores das DCs de 2021	NaudinefetDC		
	Nº de auditores contábeis de livre nomeação e exoneração em 2021	Número de auditores contábeis de livre nomeação e exoneração avaliadores das DCs de 2021	NaudinlivnomexoDC		

	Variáveis	Proxy/descrição	Sigla	Relação	Fundamentação
	Remuneração média dos auditores internos responsáveis por avaliar as DCs	Remuneração média dos auditores internos de DCs	RemMaudinDCs_w		
	Remuneração mensal média decorrente da contratação de auditoria externa	Remuneração mensal média decorrente da contratação de auditoria externa	RemMaudexDCs_w		
	Nº médio de auditores que avaliaram as DCs de 2021	Número médio de auditores que avaliaram as DCs de 2021	NaudDC		
	Forma de contratação do serviço de auditoria	Indicador que assume valor 1 para o CFFP que contrata auditoria externa; 0, caso contrário	d_externa1		
Demais características organizacionais	Anuidade de 2021 para pessoa física de nível superior	Anuidade de 2021 para pessoa física de nível superior	anuidadepf		
	Tamanho do ativo	Ativo total logaritmizado	Logtamativo		
	Tamanho de pessoal	Quantidade de funcionários	Tampes		
	Índice de <i>Disclosure</i> Contábil (QDISCL)	Índice de <i>Disclosure</i> Contábil construído por Coelho e Teixeira (2021)	QDISCL		
	Índice Integrado de Governança e Gestão Pública produzido pelo TCU	Índice Integrado de Governança e Gestão Pública produzido pelo TCU	IGGTCU		

Fonte: elaborada pela autora.

## Capítulo 4

### 4. ANÁLISE DOS DADOS

A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva referente às variáveis que compõem o IQNE dos CFFPs, possuindo critérios que medem o grau de conformidade às normas contábeis aplicáveis e o atendimento às características qualitativas da informação contábil: relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, verificabilidade, tempestividade e comparabilidade.

**TABELA 3: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DO ÍNDICE DE QUALIDADE DAS NOTAS EXPLICATIVAS**

Variável	Nº de observações	Média	Desvio-Padrão	Quartis				
				Mínimo	.25	.50	.75	Máximo
IQNE	25	0,35582	0,1366096	0,1127	0,2692	0,3418	0,4426	0,6342
ICONF	25	0,304524	0,1453144	0,0726	0,2339	0,2661	0,371	0,6371
IRELEV	25	0,7	0,25	0,25	0,625	0,75	0,875	1
IREF	25	0,606616	0,2723952	0,0	0,5	0,5	0,875	1
ICP	25	0,631008	0,1704704	0,225	0,4913	0,65	0,75	0,95
ICOMP	25	0,340004	0,1766442	0,1667	0,1667	0,3333	0,3333	0,6667
IVER	25	0,42	0,4	0,0	0,0	0,5	0,5	1
ITEMP	25	0,04	0,1384437	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5

Nota: cada item do *checklist* pode variar de 0 a 2. IQNE=Índice de Qualidade das Notas Explicativas; ICONF=Índice de Conformidade; IRELEV= Índice de Relevância; IREF= Índice de representação Fidedigna; ICP= Índice de Compreensibilidade; ICOMP=Índice de Comparabilidade; IVER= Índice de Verificabilidade; ITEMP= Índice de Tempestividade.

Fonte: dados da pesquisa.

Dos 32 CFFPs instituídos no Brasil, 25 divulgaram NE. O IQNE médio desses 25 CFFPs foi de 0,3558, revelando um atendimento de 35,58% da pontuação máxima, sendo esta, próxima da pontuação central da população, que foi de 34,18%. O IQNE máximo obtido foi de 63,42%, enquanto que o mínimo foi de 11,27%. Ao analisar os

quartis, observa-se que apenas 25% dos conselhos possuem este índice acima de 44,26% e que 50% apresenta uma pontuação inferior a 34,18%, indicando, de modo geral, notas explicativas de baixa qualidade.

Nota-se que uma parte significativa da população obteve a pontuação mínima de zero nas características verificabilidade (IVER) e tempestividade (ITEMP). Cerca de 40% dos conselhos que divulgaram NE não atenderam ao quesito da verificabilidade, que avalia a divulgação das premissas e estimativas utilizadas na elaboração de DCs. A falta de divulgação dessas informações afeta a avaliação do usuário quanto às expectativas de eventos futuros e à confiança de que as DCs, de fato, refletem a realidade econômico-financeira do conselho.

No tocante à tempestividade, sendo o objetivo do quesito avaliar se o relatório financeiro foi publicado dentro do prazo legal, nenhum alcançou a nota máxima. Aproximadamente 92% desses conselhos obtiveram pontuação zero por não mencionar essa data. A presença dessa informação torna-se necessária para dar conhecimento à sociedade sobre o cumprimento do dever de prestar contas, sob pena de ensejar responsabilização ao gestor omissor quanto a essa obrigação. Entende-se, ainda, que a divulgação extemporânea desses relatórios pode causar prejuízo à tomada de decisão por parte dos usuários pela ausência de informação em tempo hábil.

Por outro lado, a compreensibilidade (ICP) se destacou positivamente, em virtude de, em comparação com a conformidade e as demais características qualitativas, possuir a pontuação média mais alta, que foi de 63,10%. Cabe observar, no entanto, que nenhum CFFP alcançou a pontuação máxima. Uma das causas possíveis é o fato de poucos terem utilizado referências cruzadas para melhorar o entendimento informacional.

A falta de padronização das NEs dos CFFPs fez com que nenhum atingisse a pontuação máxima em relação ao índice de comparabilidade (ICOMP). Essa característica é relevante sob diversos aspectos, como por exemplo: possibilitar o *benchmarking*, principalmente entre conselhos devido às suas similaridades, permitir comparar o seu desempenho com outras entidades e subsidiar a autoavaliação em relação a exercícios anteriores.

Fruto da aplicação dos procedimentos metodológicos deste estudo, na Tabela 4, apresenta-se um *ranking*, ordenado de modo decrescente pelo IQNE de cada CFFP.

**TABELA 4: RANKING ÍNDICE DE QUALIDADE DAS NOTAS EXPLICATIVAS**

	<b>Conselhos Federais</b>	<b>Sigla</b>	<b>IQNE</b>
1°	Conselho Federal de Educação Física	CONFEF	63,42%
2°	Conselho Federal de Contabilidade	CFC	58,18%
3°	Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	CAU/BR	53,92%
4°	Conselho Federal de Enfermagem	COFEN	53,92%
5°	Conselho Federal de Psicologia do Brasil	CFP	46,96%
6°	Conselho Federal de Química	CFQ	46,96%
7°	Conselho Federal de Medicina	CFM	44,26%
8°	Conselho Federal de Odontologia	CFO	41,77%
9°	Conselho Federal de Administração	CFA	40,63%
10°	Conselho Federal dos Técnicos Industriais	CFT	40,25%
11°	Conselho Federal de Serviço Social	CFESS	38,73%
12°	Conselho Federal de Fonoaudiologia	CFFa	35,35%
13°	Conselho Federal de Biologia	CFBio	34,18%
14°	Conselho Federal de Biblioteconomia	CFB	32,78%
15°	Conselho Federal dos representantes Comerciais	CONFERE	32,49%
16°	Conselho Federal de Nutrição	CFN	30,76%
17°	Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia	CONTER	29,49%
18°	Conselho Federal de Museologia	COFEM	27,56%
19°	Conselho Federal de Farmácia	CFF	26,92%
20°	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	CONFEA	24,01%
21°	Conselho Federal de Economia	COFECOM	22,11%
22°	Conselho Federal de Corretores de Imóveis	COFECI	20,00%
23°	Conselho Federal de Medicina Veterinária	CFMV	19,83%
24°	Conselho Federal dos profissionais de Relações Públicas	CONFERP	13,80%

	<b>Conselhos Federais</b>	<b>Sigla</b>	<b>IQNE</b>
<b>25°</b>	Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional	COFFITO	11,27%
-	Conselho Federal de Economistas Domésticos	CFED	Não divulgou NE
-	Conselho Federal de Biomedicina	CFBM	Não divulgou NE
-	Conselho Federal de Educadores e Pedagogos	CFEP	Não divulgou NE
-	Conselho Federal de Estatística	CONFEE	Não divulgou NE
-	Ordem dos Músicos do Brasil	OMBCF	Não divulgou NE
-	Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas	CFTA	Não divulgou NE
-	Conselho Federal dos Despachantes Documentalistas do Brasil	CFDD	Não divulgou NE

Nota: esta tabela apresenta o *ranking* do IQNE alcançado pelos CFFPs referente ao exercício de 2021. Fonte: dados da pesquisa.

Cabe destacar que a auditoria de demonstrações contábeis realizada por profissional contábil é um fator comum entre os 3 CFFPs com os melhores IQNEs. Tanto o CAU/BR, quanto o CONFEF, contratam o serviço de auditoria de DCs de uma empresa do setor privado e o CFC, por sua vez, tem seus relatórios financeiros avaliados por empregados efetivos do setor de controle interno.

Isto sugere que a auditoria realizada por profissional contábil melhora a qualidade das NEs, em detrimento daquela realizada por agentes que não pertencem a essa profissão, como é o caso de conselhos cujas DCs são auditadas unicamente por CTC, Conselho de Gestão Fiscal (CGF) ou congênere, integrados, na maioria dos casos, por “profissionais não contábeis”.

TABELA 5: ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Variável	Nº de Observações	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	.25	.50	.75	Máximo
IQNE	25	0,35582	0,1366096	0,1127	0,2692	0,3418	0,4426	0,6342
inscritos	24	436821,2	572906,4	379	101885	289298,5	546386,5	2807800
Id	32	45,5625	20,8496	5	34,5	48	59,5	89
Anuidadepf	28	472,5757	151,8597	145	379,69	511,17	578,04	772
Tampes	26	57,38462	47,91916	5	23	38	82	185
QDISCL	27	12,18519	9,261322	0	1	18	20	22
IGGTCU	25	33,84912	19,93111	0,228	19,7	31,6	45,9	80,8
NprofcontlivnomexoDC	22	0,1363636	0,3512501	0	0	0	0	1
NprofcontfefetDC	22	0,9090909	1,150945	0	0	0,5	2	4
NaudDC	17	1,588235	2,938087	0	0	0	2	12
NaudinlivnomexoDC	22	0,0909091	0,4264014	0	0	0	0	2
NaudinefetDC	22	0,2272727	0,6119304	0	0	0	0	2
RemMprofcontDCs_w	20	15218,89	9297,668	1045	8982,45	13378,22	20656,11	35255,11
RemMaudexDCs_w	12	51360,25	60516,94	0	4485,115	24250	93529,99	169917,6
RemMaudinDCs_w	8	12981,58	14606,17	0	0	10166,36	23748,51	36022,85
TempMprofcontDCs	11	14,57576	8,486055	5	8	12,5	21,33333	32
TempMaudDCs	6	10,02778	10,67417	0	0	8,75	16,66667	26
NprofcontdoutDC	12	0	0	0	0	0	0	0

Variável	Nº de Observações	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	.25	.50	.75	Máximo
NprofcontmestrDC	12	0,0833333	0,2886751	0	0	0	0	1
NprofcontlatosensuDC	10	1	0,164966	0	0	1	2	2
NauddoutDC	13	0	0	0	0	0	0	0
NaudmestrDC	13	0	0	0	0	0	0	0
NaudlatosensuDC	13	0,3076923	0,6304252	0	0	0	0	2
CapacitprofcontDC	13	1029,154	2513,589	0	0	0	0	6899
CapacitaudDC	13	1026,334	3700,499	0	0	0	0	13342,34

Nota: IQNE=Índice de Qualidade das Notas Explicativas; ninscritos= número de inscritos; Id=tempo de constituição da entidade; Anuidadepf= valor da anuidade de 2021 para pessoa física de nível superior; Tampes=quantidade de funcionários; QDISCL=Índice de *Disclosure* Contábil; IGGTCU= Índice Integrado de Governança e Gestão Pública; NprofcontlivnomexoDC=número de profissionais contábeis de livre nomeação e exoneração elaboradores das DCs de 2021; NprofcontefetDC=número de profissionais contábeis efetivos elaboradores das DCs de 2021; NaudDC= número médio de auditores que avaliaram as DCs de 2021; NaudinlivnomexoDC=número de auditores contábeis de livre nomeação e exoneração avaliadores das DCs de 2021; NaudinefetDC=número de auditores internos efetivos avaliadores das DCs de 2021; RemMprofcontDCs\_w= remuneração média dos profissionais contábeis elaboradores das DCs de 2021; RemMaudexDCs\_w= remuneração mensal média decorrente da contratação de auditoria externa; RemMaudinDCs\_w= remuneração média dos auditores internos de DCs; TempMprofcontDCs= tempo médio de vínculo empregatício entre os profissionais contábeis elaboradores de DCs e o CFFP; TempMaudDCs= tempo médio de vínculo empregatício entre os auditores internos de DCs e o CFFP; NprofcontdoutDC= número de profissionais contábeis elaboradores de DCs empregados da entidade com pós-graduação stricto sensu (doutorado) na área de contabilidade; NprofcontmestrDC= número de profissionais contábeis elaboradores de DCs empregados da entidade com pós-graduação stricto sensu (mestrado) na área de contabilidade; NprofcontlatosensuDC= número de profissionais contábeis elaboradores de DCs empregados da entidade com pós-graduação lato sensu na área de contabilidade; NauddoutDC= número de auditores internos de DCs com pós-graduação stricto sensu (doutorado) na área de contabilidade; NaudmestrDC= número de auditores internos de DCs com pós-graduação stricto sensu (mestrado) na área de contabilidade; NaudlatosensuDC= número de auditores internos de DCs com pós-graduação lato sensu na área de contabilidade; CapacitprofcontDC= investimento médio na capacitação de profissionais contábeis elaboradores de DCs empregados da entidade realizado em 2021 na área de contabilidade; CapacitaudDC=investimento na capacitação de auditores internos de DCs realizado em 2021 na área de contabilidade.

Fonte: dados da pesquisa.

Na Tabela 5, apresenta-se a estatística descritiva das variáveis aplicadas no modelo estudado. Percebe-se que o tamanho médio dos conselhos (ninscritos), corresponde a 436.821, englobando tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Neste tópico, cabe salientar que há limitação de pesquisa em relação às respostas dos CFFPs que possa ter afetado os resultados do estudo: nem todos realizam o controle do número de inscritos ativos ou o fazem, mas de forma parcial, apenas em relação às pessoas físicas, por exemplo.

Para as variáveis relativas ao tempo de vínculo empregatício dos profissionais contábeis e dos auditores internos (TempMprofcontDCs e TempMaudDCs), a mediana indica que metade da população possui mais tempo de vínculo empregatício que 12 e 8 anos, respectivamente.

Dos 8 CFFPs que responderam à solicitação de informações e que possuem pelo menos 1 profissional contábil com vínculo empregatício, em média e em quantidades arredondadas, observa-se que cada conselho possui 3 profissionais contábeis elaboradores de DCs e 1 deles possui pós-graduação *lato sensu*. Do total de 23 profissionais contábeis com vínculo empregatício com a entidade, considerando essas 8 observações, 1 colaborador possui mestrado na área contábil e nenhum possui doutorado.

No tocante às especializações dos auditores, do total de 7 auditores internos de 4 CFFPs que responderam à solicitação de informações e que possuem pelo menos 1 auditor interno, 4 deles possuem pós-graduação *lato sensu* e nenhum possui mestrado ou doutorado na área de auditoria contábil.

Em relação à capacitação de profissionais contábeis e auditores de DCs, no ano de 2021, investiu-se, em média, R\$ 6.689,50 e R\$ 13.342,34, respectivamente. De 12 conselhos respondentes, cuja elaboração de DC incumbia a empregados do

conselho, 2 investiram na capacitação desses profissionais contábeis. No caso de treinamento de auditores de DCs, dos 13 conselhos respondentes que possuíam em seu quadro de pessoal pelo menos um auditor, 1 realizou esse investimento. Esses dados, portanto, indicam um baixo investimento em capacitação.

Os achados de algumas variáveis, a exemplo da remuneração dos auditores internos responsáveis por avaliar as DCs (RemMaudinDCs\_w) e as de capacitação (CapacitaudDC e CapacitprofcontDC), foram afetados, pois determinados conselhos apresentaram dificuldade em individualizar o gasto, apontando para a necessidade de implantação ou melhoria de seu sistema contábil de custos.

A matriz de correlação constante nas tabelas 6, 7 e 8 apresentou alguns resultados interessantes, dentre eles: a variável *d\_externaouinterna1* e o IGGTCU possuem correlação positiva com o IQNE, ambos com significância de 99%. As variáveis de capacitação, *CapacitaudDC* e *CapacitprofcontDC*, também se correlacionam com esta variável, sendo aquela a um nível de significância de 95% e esta a 90%.

As evidências sobre capacitação provenientes da matriz de correlações, corroboram com as conclusões estatísticas de Simnett & Huggins (2020) de que profissionais capacitados têm mais chances de possuir as habilidades essenciais à elaboração e avaliação de DCs, tornando-as de melhor qualidade.

Apesar de as variáveis tamanho (*ninscritos*), tempo de vínculo empregatício dos auditores internos (*TempMaudDCs*) e especialização dos profissionais contábeis em pós-graduação *lato sensu* e mestrado e dos auditores internos em pós-graduação *lato sensu* (*NprofcontmestrDC*, *NprofcontlatosensuDC*, *NaudlatosensuDC*) estarem, conforme o esperado, positivamente correlacionadas com o IQNE, essas não são significativas.

Apesar de o tamanho, cuja *proxy* empregada neste estudo foi número de inscritos, não ter apresentado correlação significativa com o IQNE, cabe destacar que os resultados revelam uma correlação estatisticamente significativa, a um nível de 90%, entre o tamanho do ativo e o IQNE. Isto significa dizer que quanto maior for o ativo de um CFFP, melhor tende a ser a qualidade de suas NEs. Este achado pode estar ligado à justificativa levantada por Al-Shammari et al. (2008): as organizações maiores tendem a ter mais recursos para investir na qualidade da informação contábil.

TABELA 6: CORRELAÇÕES

	IQNE	d_externaouinterna1	ninscritos	anuidadepf	ld	IGGTCU	d_terceircontDC1	Logtamativo
IQNE	1.000							
d_externaouinterna1	0.5639***	1.000						
ninscritos	0.3261	0.4598**	1.000					
anuidadepf	0.1202	-0.1462	-0.1869	1.000				
ld	-0.2161	0.1250	0.2201	0.3414*	1.000			
IGGTCU	0.5382***	0.0561	0.4563**	0.2988	0.1772	1.000		
d_terceircontDC1	0.2931	-0.3380	-0.4844**	-0.2866	-0.4518**	-0.3818	1.000	
Logtamativo	0.3743*	0.3643	0.4723*	0.1478	0.2358	0.5894*	-0.6354*	1.000

Nota: \*, \*\* e \*\*\* denotam significância estatística ao nível de 10%, 5% e 1%, respectivamente. IQNE= Índice de Qualidade das Notas Explicativas; d\_externaouinterna1= indicador que assume valor 1 para o CFFP cujas DCs são avaliadas por auditores, sejam externos ou internos; 0, caso contrário; ninscritos= número de profissionais inscritos ativos no sistema de conselhos daquela profissão (pessoas físicas e pessoas jurídicas); anuidadepf= anuidade de 2021 para pessoa física de nível superior; ld= tempo decorrido entre a data da lei de criação do Conselho até a data desta pesquisa; IGGTCU= Índice Integrado de Governança e Gestão Pública; d\_terceircontDC1= indicador que assume valor 1 para o CFFP que contrata serviços contábeis terceirizados; 0, caso contrário; Logtamativo= ativo total logaritimizado.

Fonte: dados da pesquisa.

TABELA 7: CORRELAÇÕES

	IQNE	Naud DC	NaudinefetDC	RemMprofcontDCs_w	Rem Maud ex DCs_w	RemMaudinDCs_w	TempM profcont DCs	Temp Maud DCs	NprofcontmestrDC	Nprofcontlatosen suDC	Naudlatosensu DC	Capacitprofcont DC	Capacitaud DC
IQNE	1.000												
NaudDC	0.4330*	1.000											
NaudinefetDC	0.4497**	0.0328	1.000										
RemMprofcontDCs_w	0.1231	-0.0367	0.2270	1.000									
RemMaudexDCs_w	0.7720***	0.6767**	-0.3038	-0.3374	1.000								
RemMaudinDCs_w	0.4510	0.6382	0.7278*	-0.0524	0.3751	1.000							
TempMprofcontDCs	-0.5187	-0.4303	-0.1515	0.6992**	-0.7212**	-0.9187*	1.000						
TempMaudDCs	0.5021	0.7809	0.4674	0.0762	-10.000	-0.9512**	0.6263	1.000					
NprofcontmestrDC	0.2190	-0.2461	0.6288*	0.4262	.	0.9640**	-0.2593	-0.4766	1.000				
NprofcontlatosensuDC	0.1952	-0.1348	0.8006*	-0.0647	-0.2689	0.1050	-0.2643	0.1873	0.4303	1.000			
NaudlatosensuDC	0.2311	0.9529	0.4237	0.0809	0.0000	0.1685	0.1589	0.7739	-0.3203	0.3322	1.000		
CapacitprofcontDC	0.5585*	-0.2149	0.9330***	0.0934	.	0.4994	-0.2478	0.2434	0.6485	0.6451	0.0128	1.000	
CapacitaudDC	0.6866**	0.3825	0.6320**	-0.1326	.	-0.0187	-0.1762	0.7331	-0.1667	0.4152	0.3300	0.6815	1.000

Nota: \*, \*\* e \*\*\* denotam significância estatística ao nível de 10%, 5% e 1%, respectivamente. IQNE= Índice de Qualidade das Notas Explicativas; NaudDC= Número médio de auditores que avaliaram as DCs de 2021; NaudinefetDC= número de auditores internos efetivos avaliadores das DCs de 2021; RemMprofcontDCs\_w= remuneração média dos profissionais contábeis elaboradores das DCs de 2021; RemMaudexDCs\_w= remuneração mensal média decorrente da contratação de auditoria externa; RemMaudinDCs\_w= remuneração média dos auditores internos de DCs; TempMprofcontDCs= tempo médio de vínculo empregatício entre os profissionais contábeis elaboradores de DCs e o CFFP; TempMaudDCs= tempo médio de vínculo empregatício entre os auditores internos de DCs e o CFFP; NprofcontmestrDC= número de profissionais contábeis elaboradores de DCs empregados da entidade com pós-graduação stricto sensu (mestrado) na área de contabilidade; NprofcontlatosensuDC= número de profissionais contábeis elaboradores de DCs empregados da entidade com pós-graduação lato sensu na área de contabilidade; NaudlatosensuDC= número de auditores internos de DCs com pós-graduação lato sensu na área de contabilidade; CapacitprofcontDC= investimento médio na capacitação de profissionais contábeis elaboradores de DCs empregados da entidade realizado em 2021 na área de contabilidade; CapacitaudDC= investimento na capacitação de auditores internos de DCs realizado em 2021 na área de contabilidade.

Fonte: dados da pesquisa.

A variável tempo de constituição (Id), diferentemente da expectativa, apresentou correlação negativa em relação ao IQNE e também não é significativa. Esse resultado não corresponde ao esperado por grande parte da literatura de que quanto mais antigo for o CFFP, mais alto o seu nível de maturidade em termos de eficácia de controles internos administrativos, o que, em tese, aumentaria a qualidade de suas NEs.

Uma das possíveis justificativas para esse resultado é que conselhos com menos tempo de constituição, por ainda não terem conseguido estruturar um serviço de auditoria interna, contrataram auditoria externa para realizar o serviço de avaliação de suas DCs, levando a crer que a auditoria externa à entidade assume um importante papel no que tange à qualidade das NEs.

**TABELA 8: COMPARAÇÃO AUDITORIA EXTERNA (VARIÁVEL D\_ EXTERNA1)**

<b>Painel A: CFFPs CUJAS DCs NÃO SÃO AVALIADAS POR AUDITORES EXTERNOS</b>		
	ID	IQNE
Número de Observações	10	10
CV	0,2823407	0,3792837
Mínimo	29	0,1983
p25	43	0,2211
p50	56,5	0,3087
p75	66	0,4177
Máximo	76	0,5818
Média	54,2	0,33624
<b>Painel B: CFFPs CUJAS DCs SÃO AVALIADAS POR AUDITORES EXTERNOS</b>		
	ID	IQNE
Número de observações	11	10
CV	0,5256342	0,2759865
Mínimo	5	0,2401
p25	24	0,3278
p50	57	0,4044
p75	60	0,4696
Máximo	89	0,6342
Média	47,09091	0,41407

Nota: as definições das variáveis estão detalhadas na Tabela 2

Fonte: dados da pesquisa

Na Tabela 8, apresentam-se os dados estatísticos sobre os CFFPs segregados em dois grupos: CFFPs cujas DCs são avaliadas por auditores externos e aqueles que não submetem suas DCs à avaliação desta auditoria. Percebe-se que a idade média dos CFFPs cujas DCs são avaliadas por auditores externos à entidade é inferior daquelas que não.

A Tabela 9, a seguir, apresenta o teste de média considerando também os dois grupos distintos: os conselhos cujas DCs são avaliadas por auditoria interna ou externa e aqueles que não as submetem à avaliação da auditoria. No mesmo sentido da matriz de correlação, os resultados apontam que existe evidência estatística de que, na população, em média, a qualidade das notas explicativas dos CFFPs que são avaliadas por auditoria, tanto interna quanto externa à entidade, seja superior às notas dos conselhos que não são submetidas a esta análise.

**TABELA 9: TESTE DE MÉDIAS**

Variável	CFFPs que não possuem auditoria interna e externa		CFFPs que possuem auditoria interna ou externa	
	Média		Média	
IQNE	0,4199286		0,2706833	Diferença 0,1492452 P-Valor 0,0048

Nota: IQNE= Índice de Qualidade das Notas Explicativas.

Fonte: dados da pesquisa.

Por fim, destaca-se que os resultados estatísticos de algumas variáveis podem ter sido prejudicados, em virtude do alto quantitativo de CFFPs que não responderam à solicitação de informações ou em decorrência de respostas incompletas ou incoerentes.

#### 4.1. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os achados deste estudo confirmam a  $H_1$ , tendo em vista que o resultado do teste de média atingiu 99% de significância, ou seja, os CFFPs cujas demonstrações

contábeis são avaliadas por auditoria, seja interna ou externa à entidade, apresentam NEs de melhor qualidade.

Esses resultados que confirmam a  $H_1$  estão alinhados com a pesquisa de Jiang et al. (2020), pois os seus relatos afirmam que a auditoria auxilia a confiabilidade da informação contábil divulgada pelas entidades, melhorando a qualidade da informação contábil.

No mesmo sentido, é possível perceber a importância do papel dos auditores no processo de aprimoramento da qualidade das demonstrações contábeis, pois a avaliação por parte destes profissionais contribui na representação fidedigna dos relatórios financeiros divulgados pelas entidades, elevando o nível de confiança das partes interessadas, em relação às informações contábeis (Pforsich et al., 2006; Gamayuni, 2018).

Por outro lado, o tamanho do CFFP, sendo representado pelo número de inscritos PF e PJ, apesar de positivamente correlacionado à qualidade das NEs, não possui significância de um nível mínimo de 90%. Os resultados, portanto, vão de encontro às evidências de Coelho e Teixeira (2021), que, ao avaliarem a qualidade de divulgação das demonstrações dos Conselhos de Fiscalização Profissional, constataram um nível de *disclosure* mais elevado conforme aumentava o tamanho destas autarquias.

Uma possível resposta para esse achado pode estar relacionada com as limitações desta pesquisa, pois a maioria dos CFFPs não possuem um controle confiável do número de inscritos ativos (PF e PF), *proxy* utilizada neste estudo para medir o tamanho do CFFPS, podendo comprometer, desse modo, a análise dos dados.

Em que pese a correlação entre o tamanho, medido pelo número de inscritos, não ter apresentado um bom nível de significância com o IQNE, os resultados revelaram que há uma correlação estatisticamente confiável, a um nível de 90%, entre o tamanho do ativo do CFFP com o grau de qualidade de suas NEs. Uma das possíveis razões para isso pode estar relacionada ao fato de que entidades maiores possuem mais recursos para investir na qualidade de seus relatórios contábeis.

Ao contrário do esperado, que quanto maior o tempo de constituição dos CFFPs, melhores tendem a ser os níveis de qualidade de suas NEs, apesar de não possuir significância de um nível mínimo de 90%, a correlação estatística revela que quanto mais novo for o conselho, melhor será a qualidade de suas NEs. Acredita-se que este resultado se deva ao fato de que alguns CFFPs instituídos a menos tempo, por não possuírem auditores internos em seu quadro de empregados, contratam auditoria externa, aprimorando esta qualidade.

Esperava-se uma relação inversa à encontrada nos resultados como aquela observada por Abang'a (2017). Este autor estudou a influência da adesão às IPSAS e outros possíveis determinantes como a idade das entidades na qualidade das informações contábeis reportadas por agências governamentais do Quênia. Os achados concluíram que houve um aumento no nível de qualidade informacional após esta adesão e que as entidades mais jovens apresentam qualidade inferior, diferentemente dos achados desta pesquisa.

## Capítulo 5

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a necessidade de melhorar a *accountability* pública, a instrumentalização do controle social e a provisão de informações financeiras e não financeiras para subsidiar a tomada de decisão por parte dos usuários das demonstrações contábeis do setor público, identifica-se a necessidade aprimorar a qualidade das NEs dos CFFPs.

Este estudo analisou o nível de qualidade das notas explicativas dos CFFPs, no exercício de 2021, utilizando *checklists* adaptados de Abreu e Bezerra Filho (2021), Beest et al. (2009), Gabriel (2011) e Lourenço e Francisco (2016). Para responder à questão da pesquisa, foram utilizados os dados coletados dos sites dos CFFPs, além de solicitação de informações por meio de canais institucionais de acesso à informação.

A partir de uma revisão de literatura, desenvolveu-se o Índice de Qualidade das Notas Explicativas (IQNE) para medir a qualidade das notas explicativas dos CFFPs sob os aspectos da conformidade conformativa e das características qualitativas da informação contábil.

Os achados deste estudo indicam que, em média e com 99% de confiança, a auditoria, seja interna ou externa à entidade, eleva a qualidade das NEs dos CFFPs. Corroborando com pesquisas anteriores, ressalta-se que a auditoria exerce um relevante papel perante toda sociedade ao garantir uma maior confiabilidade das demonstrações financeiras, o que eleva a utilidade da informação contábil divulgada.

Em relação aos fatores organizacionais que podem afetar a qualidade das notas explicativas, não foi possível inferir que, na população, o tamanho da entidade e o seu tempo de existência melhorem o nível de qualidade das notas explicativas.

Diferentemente do esperado, os resultados revelam que o tempo de existência do CFFP se correlaciona negativamente ao IQNE. Uma das possíveis justificativas desse achado se refere ao fato de que alguns CFFPs instituídos a menos tempo, por não possuírem auditores internos em seu quadro de empregados, contratam auditoria externa, o que eleva a qualidade de seus reportes.

De modo aderente à expectativa, o tamanho do CFFP se correlaciona positivamente à qualidade das NEs. O não alcance de significância a um nível mínimo de 90% pode ser explicado pela falta de dados mais robustos, tendo em vista que alguns CFFPs não informaram ou não têm o controle do número de inscritos, pessoas físicas e jurídicas, o que prejudica a análise desta variável.

Apesar disso, as evidências apontam que há uma correlação estatisticamente significativa, a um nível de 90%, entre o tamanho do ativo e o IQNE, indicando que CFFPs que detêm mais recursos patrimoniais, conseguem investir mais na qualidade de seus reportes contábeis.

Os resultados apontam ainda para um baixo nível de investimento na capacitação de empregados, pois, dos CFFPs que responderam ter no quadro de pessoal profissionais contábeis ou auditores, cerca de 15% investem em programas de capacitação.

Espera-se que os resultados encontrados possam estimular a melhoria da qualidade das NEs dos CFFPs, além de alavancar debates sobre o assunto, como

uma reavaliação das medidas de *enforcement* e de incentivos, visando aprimorar os níveis de *accountability* destas autarquias federais.

Em linhas gerais, a pesquisa apresenta limitações devido ao fato de que nem todos os CFFPs divulgaram NEs, afetando a transparência ativa dessas entidades, e em virtude de apresentarem um baixo nível de transparência passiva, dada a dificuldade de obtenção de informações com base na Lei de Acesso à Informação. Essas limitações, portanto, comprometeram a base de dados por possuir um baixo número de observações válidas (18) em relação à quantidade de CFFPs (32), inviabilizando a aplicação de um modelo econométrico para estimação do IQNE.

Por fim, é válido enfatizar que existem oportunidades para novas pesquisas, por exemplo, aprofundar o estudo sobre a relação entre a qualidade das notas explicativas e a governança corporativa, visto que a variável representativa do Índice Integrado de Governança e Gestão Pública (IGGTCU) apresentou uma correlação estatisticamente significativa de 99% com o nível de qualidade das NEs dos CFFPs.

## REFERÊNCIAS

- Abang'a, A. O. G. (2017). *Determinants of quality of financial reporting among semi-autonomous government agencies in Kenya* [Doctoral thesis, Strathmore University]. <http://hdl.handle.net/11071/5581>
- Abbott, L. J., Parker, S., & Peters, G. F. (2016). Effective communication between auditors and clients: Improving auditor responsibility, trust and efficiency. *International Journal of Auditing*, 20(1), 52-64.
- Abreu, M. H. de, & Bezerra Filho, J. E. (2021). Public Sector Financial Statement Notes to Convergence with International Standards, Transparency, and Social Control. *New Challenges in Accounting and Finance, European Knowledge Development Ltd*, 2021(5), 1–16. <https://eurokd.com/CAF/doi/10.32038/NCAF.2021.05.01.pdf>
- Agustiniingsih, S. W., Murni, S., & Putri, G. A. (2017). Audit findings, local government characteristics, and local government financial statement disclosure. *Review of Integrative Business and Economics Research*, 6(3), 179-187. [http://sibresearch.org/uploads/3/4/0/9/34097180/riber\\_6-3\\_a17-121\\_179-187.pdf](http://sibresearch.org/uploads/3/4/0/9/34097180/riber_6-3_a17-121_179-187.pdf)
- Ahmed, K., & Courtis, J. K. (1999). Associations between corporate characteristics and disclosure levels in annual reports: a meta-analysis. *The British Accounting Review*, 31(1), 35-61. <https://doi.org/10.1006/bare.1998.0082>
- Alfaraih, M. (2009). *Compliance with international financial reporting standards (IFRS) and the value relevance of accounting information in emerging stock markets: evidence from Kuwait* [Doctoral thesis, Queensland University of Technology]. <https://eprints.qut.edu.au/36377/>
- Aljifri, K., Alzarouni, A., Ng, C., & Tahir, M. I. (2014). The association between firm characteristics and corporate financial disclosures: evidence from UAE companies. *The International Journal of Business and Finance Research*, 8(2), 101-123. <https://ssrn.com/abstract=2322965>
- Almeida, M. P. V.; Silva, R. S. (2020) Quality of accounting information in the public sector: a literature review. *Contemporary Journal of Accounting*, 17(42), 3-24
- Al-Mutawa, A. (2010). Disclosure level and compliance with IFRSs: an empirical investigation of Kuwaiti companies", *International Business & Economics Research Journal*, 9(5), 33-50. <https://doi.org/10.19030/iber.v9i5.566>
- Alrawahi, F. E., & Sarea, A. M. (2016). An investigation of the level of compliance with international accounting standards (IAS 1) by listed firms in Bahrain Bourse. *International Journal of Islamic and Middle Eastern Finance and Management*, 9(2), 254-276. <https://doi.org/10.1108/IMEFM-07-2015-0077>
- Al-Shammari, B. (2011). Factors influencing the extent of mandatory compliance with international financial reporting standards: the case of Kuwaiti listed

companies. *Journal of International Business and Economics*, 11(4), 11-31. <https://www.econbiz.de/Record/factors-influencing-the-extent-mandatory-compliance-with-international-financial-reporting-standards-the-case-kuwait-listed-companies-shammari-bader/10009380134>

Al-Shammari, B., Brown, P., & Tarca, A. (2008). An investigation of compliance with international accounting standards by listed companies in the Gulf Co-Operation Council member states. *The International Journal of Accounting*, 43(4), 425-447. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2008.09.003>

Al-Wardat, K. (2014) *Manual and procedure according to international standards issued by (IIA)*, 1st Edition, Oman: Al-Warraq for publication and distribution.

Amiran, M., Asadi, A., & Oladi, M. (2022). Presentation of Novel Multiple Regression Model for Accounting Information Quality, Corporate Investment, and Moderating Role of Ownership Structure in Companies. *Discrete Dynamics in Nature and Society*, 2022, 1-10. <https://doi.org/10.1155/2022/2125487>

Amorim, D. A. de, & Marques, A. V. C. (2019). O estágio da convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público na administração direta do município de Monte Carmelo–MG. *RAGC*, 7(28), 1-16. <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/1757>

Andelina, W., & Santoso, A. (2021). Measuring Quality Determinants of Financial Statements. *Journal of Business and Management Review*, 2(12), 884-893.

Araújo, H. L. A., & Martins, V. F. (2016). Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público: uma análise do estágio de implementação nos municípios da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba AMVAP. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade*, 4(11), 41-59. <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/691>

Araya-Leandro, C., Caba-Pérez, M. D. C., & López-Hernandez, A. M. (2016). The convergence of the central american countries to international accounting standards. *Revista de Administração Pública*, 50(2), 265-283. <https://doi.org/10.1590/0034-7612131665>

Avelino, B. C., da Cunha, J. V. A., de Lima, G. A. S. F., & Colauto, R. D. (2014). Características explicativas do nível de disclosure voluntário de municípios do estado de Minas Gerais. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, 13(2), 571-608.

Ball, R. (2016). IFRS—10 years later. *Accounting and Business Research*, 46(5), 545-571. <https://doi.org/10.1080/00014788.2016.1182710>

Ball, R., & Foster, G. (1982). Corporate financial reporting: A methodological review of empirical research. *Journal of Accounting Research*, 20, 161-234. <https://doi.org/10.2307/2674681>

- Ball, R., & Shivakumar, L. (2005). Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), 83-128. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.04.001>
- Ball, R., Robin, A., & Wu, J. S. (2003). Incentives versus standards: properties of accounting income in four East Asian countries. *Journal of Accounting and Economics*, 36(1-3), 235-270. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2003.10.003>
- Barth, M. E., Beaver, W. H., & Landsman, W. R. (2001). The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 77-104. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00019-2](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00019-2)
- Barth, M. E., Landsman, W. R., Lang, M., & Williams, C. (2007). Accounting quality: International accounting standards and US GAAP. *Manuscript, Stanford University*, 1-46. [http://public.kenan-flagler.unc.edu/faculty/Langm/bllw\\_0302.pdf](http://public.kenan-flagler.unc.edu/faculty/Langm/bllw_0302.pdf)
- Bartov, E., & Mohanram, P. (2004). Private information, earnings manipulations, and executive stock-option exercises. *The Accounting Review*, 79(4), 889-920.
- Beest, F. V., Braam, G. J. M., & Boelens, S. (2009). Quality of Financial Reporting: measuring qualitative characteristics [Working Paper n° 09-108]. *Nijmegen Center for Economics (NiCE)*.
- Behn, B. K., DeVries, D. D., & Lin, J. (2010). The determinants of transparency in nonprofit organizations: An exploratory study. *Advances in Accounting*, 26(1), 6-12. <https://doi.org/10.1016/j.adiac.2009.12.001>
- Beisland, L. A., & Mersland, R. (2014). Earnings quality in nonprofit versus for-profit organizations: Evidence from the microfinance industry. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 43(4), 652-671. <https://doi.org/10.1177/0899764013478491>
- Benjamin, L. M. (2008). Account space: How accountability requirements shape nonprofit practice. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 37(2), 201-223. <https://doi.org/10.1177/0899764007301288>
- Bogoni, N. M., Zonatto, V. C. S., Ishikura, E. R., & Fernandes, F. C. (2010). Proposta de um modelo de relatório de administração para o setor público baseado no Parecer de Orientação n°15/87 da Comissão de Valores Mobiliários: um instrumento de governança corporativa para a administração pública. *RAP - Revista de Administração Pública*, 44(1), 119-142.
- Braga, I. A., & Bezerra Filho, J. E. (2016, 4 a 7 de junho). *Convergência às NBCASP e ao MCASP: um estudo sobre os municípios pernambucanos em 2014* [Artigo apresentado]. 10º Congresso ANPCONT, Ribeirão Preto. <https://www.anpcont.org.br/pdf/2016/CPT73.pdf>
- Breda, Z. (2019). Qual é o papel dos conselhos profissionais? Artigo no sítio eletrônico do Conselho Federal de Contabilidade. CFC.

<https://CFC.org.br/destaque/%EF%BB%BFqual-e-o-papel-dos-conselhos-profissionais/>.

- Bukenya, M. (2014). Quality of accounting information and financial performance of Uganda's public sector. *American Journal of Research Communication*, 2(5), 183-203.
- Bushman, R. M., Piotroski, J. D., & Smith, A. J. (2004). What determines corporate transparency? *Journal of Accounting Research*, 42(2), 207-252. <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2004.00136.x>
- Cardoso, R. L., Aquino, A. C. B. D., & Bitti, E. J. D. S. (2011). Reflexões para um framework da informação de custos do setor público brasileiro. *Revista de Administração Pública*, 45, 1565-1586.
- Carneiro, M. (2021). The importance of the proper preparation of explanatory notes in the transparency of accounting information of public entities. *Journal of Public Administration*, 55(4), 864-880. [10.1590/0034-761220210183x](https://doi.org/10.1590/0034-761220210183x)
- Carvalho, L. N., Costa, A. B. B., & Araújo, J. S. (2019). Competence of the auditor in the public area: perception of the auditors of the Court of Auditors of the State of Paraíba. *Journal of Accounting & Finance*, 30(80), 157-173.
- Christensen, H. B., Lee, E., Walker, M., & Zeng, C. (2015). Incentives or standards: What determines accounting quality changes around IFRS adoption? *European Accounting Review*, 24(1), 31-61. <https://doi.org/10.1080/09638180.2015.1009144>
- Coelho, H. H., & Teixeira, A. (2021). A Qualidade de Disclosure nas Demonstrações dos Conselhos de Fiscalização Profissional. *Pensar Contábil*, 22(79), 18-27.
- Cohen, J. R., Krishnamoorthy, G., & Wright, A. (2004). The corporate governance mosaic and financial reporting quality. *Journal of Accounting Literature*, 87-152. <https://ssrn.com/abstract=1086743>
- Conselho Federal de Contabilidade. (2016a). *Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TA 200 (R1) - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria*. CFC. <https://www1.CFC.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP03.pdf>.
- Conselho Federal de Contabilidade. (2016b). *Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP estrutura conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público*. CFC. <https://www1.CFC.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>.
- Controladoria Geral da União. (2017). *Instrução normativa nº 3, de 09 de junho de 2017*. CGU. [https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/33409/19/Instrucao\\_Normativa\\_CGU\\_3\\_2017.pdf](https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/33409/19/Instrucao_Normativa_CGU_3_2017.pdf)

- Costa, F. J. F. da., & Oliveira, L. C. A. M. de (2015). A divulgação dos ativos fixos tangíveis segundo a IAS 16 e o seu grau de cumprimento. *Innovar*, 25(spe), 47-60. <https://doi.org/10.15446/innovar.v25n1spe.53193>
- Costa, O. A., & Junior, J. D. A. P. (2021). Notas explicativas: práticas dos governos locais do Brasil e dos Estados Unidos. *Revista do TCU*, 1(147), 20-55. <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1697>
- Cruz, S. A., Aquino, M. A. (2018). Quality of accounting information in the Brazilian public sector: a study in municipalities of the State of Bahia. *Contemporary Journal of Accounting*, 15(36), 129-146.
- Dechow, P. M. (1994). Accounting earnings and cash flows as measures of firm performance: The role of accounting accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 18(1), 3-42. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(94\)90016-7](https://doi.org/10.1016/0165-4101(94)90016-7)
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 344-401. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>
- Decreto Nº 9.203, de 22 de Novembro de 2017. (2017). Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Presidência da República: Secretaria-Geral. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm)
- Defond, M. L., Hann, R. N., Hu, X., Li, Y. (2016). Does the tone of earnings press releases affect the tone of the news article? *Journal of Accounting Research*, 54(1), 35-73
- Dhaliwal, D. A. N., Naiker, V. I. C., & Navissi, F. (2010). The association between accruals quality and the characteristics of accounting experts and mix of expertise on audit committees. *Contemporary Accounting Research*, 27(3), 787-827. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2010.01027.x>
- Doyle, J., Ge, W., & McVay, S. (2007). Determinants of weaknesses in internal control over financial reporting. *Journal of Accounting and Economics*, 44(1-2), 193-223.
- Feies, G. C., Feies, C., Mates, D., & Cotlet, D. (2013). The role of accounting information within the management process of public utilities services. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 83, 711-716.
- Felix, W. L., Gramling, A. A., & Maletta, M. J. (1998). *Coordinating total audit coverage: The relationship between internal and external auditors*. Institute of Internal Auditors Research Foundation.
- Fenyves, V., Bács, Z., Zéman, Z., Böcskei, E., & Tarnóczy, T. (2018). The role of the notes to the financial statements in corporate decision-making. *Corporate Ownership & Control*, 15(4), 138-148. <https://dea.lib.unideb.hu/server/api/core/bitstreams/0caf251a-b904-4fd2-88c6-d7cb12466217/content>

- Financial Accounting Standards Board [FASB]. (2010). *Statements of financial accounting concepts n. 2: qualitative characteristics of accounting information*. FASB. <http://www.FASB.org>.
- Flores, E. F., Santos, A. D., & Carvalho, L. N. G. D. (2015). *Notas explicativas no atual sistema contábil: importância, alcance e características*. Dialética
- Fowzia, R. (2010). Co-operation between internal and external auditors: a comparative study on nationalized and foreign banks in Bangladesh. *World Journal of Management*, 2(2), 22-35.
- Gabriel, F. (2011). *Impacto da adesão às práticas recomendadas de governança corporativa no índice de qualidade da informação contábil* [Tese de doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-09022012-195619/en.php>
- Gaeremynck, A., & Willekens, M. (2003). The endogenous relationship between audit-report type and business termination: Evidence on private firms in a non-litigious environment. *Accounting and Business Research*, 33(1), 65-79. <https://doi.org/10.1080/00014788.2003.9729632>
- Galani, D., Alexandridis, A., & Stavropoulos, A. (2011). The association between the firm characteristics and corporate mandatory disclosure the case of Greece. *International Journal of Economics and Management Engineering*, 5(5), 411-417. <https://doi.org/10.5281/zenodo.1076164>
- Gamayuni, R. R. (2018). The effect of internal auditor competence and objectivity, and management support on effectiveness of internal audit function and financial Reporting quality implications at local government. *International Journal of Economic Policy in Emerging Economies*, 11(3), 248-261. <https://doi.org/10.1504/IJEPEE.2018.093951>
- Garcia-Lacalle, J., & Torres, L. (2021). Financial Reporting Quality and Online Disclosure Practices in Spanish Governmental Agencies. *Sustainability*, 13(5), 1-21. <https://doi.org/10.3390/su13052437>
- Gastón, S. C., Galán, M. M. G., & Jarne, J. I. J. (2007). Gobierno corporativo y deficiencias de la información contable: Corporate governance and financial reporting quality. *Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review*, 10(1), 133-156. <https://revistas.um.es/rccsar/article/view/388961>
- Gaynor, L. M., Kelton, A. S., Mercer, M., & Yohn, T. L. (2016). Understanding the relation between financial reporting quality and audit quality. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 35(4), 1-22. <https://doi.org/10.2308/ajpt-51453>
- George, E. T. de, Li, X., & Shivakumar, L. (2016). A review of the IFRS adoption literature. *Review of Accounting Studies*, 21(3), 898-1004. <https://doi.org/10.1007/s11142-016-9363-1>

- Gramling, A. A. (1999). External auditors' reliance on work performed by internal auditors: The influence of fee pressure on this reliance decision. *Auditing*, 18(1999), 117-135. <https://www.proquest.com/openview/80f0803d0ab57f504d66a18c73ac9e20/1?pq-origsite=gscholar&cbl=31718>
- Gramling, A. A., Maletta, M. J., Schneider, A., & Church, B. K. (2004). The role of the internal audit function in corporate governance: A synthesis of the extant internal auditing literature and directions for future research. *Journal of Accounting Literature*, 23(2004), 194-244. <https://www.proquest.com/openview/701b0449aad78f3fb31557782886a6f3/1?pq-origsite=gscholar&cbl=31366>
- Gras-Gil, E., Marin-Hernandez, S., & de Lema, D. G. P. (2012). Internal audit and financial reporting in the Spanish banking industry. *Managerial Auditing Journal*, 27(8), 728-753. <https://doi.org/10.1108/02686901211257028>
- Hasnan, S., Razali, M. H. M., & Hussain, A. R. M. (2020). The effect of corporate governance and firm-specific characteristics on the incidence of financial restatement. *Journal of Financial Crime*, 28(1), 244-267. <https://doi.org/10.1108/JFC-06-2020-0103>
- Hay, D., & Cordery, C. (2018). The value of public sector audit: Literature and history. *Journal of Accounting Literature*, 40(1), 1-15. <https://doi.org/10.1016/j.acclit.2017.11.001>
- Henderson, E. (2019). Users' perceptions of usefulness and relevance of financial statement note disclosures and information overload. *International Journal of Business, Accounting, & Finance*, 13(1), 41-56. <https://repository.aaup.edu/bitstream/123456789/592/1/IJBAF.pdf>
- Hendriksen, E. S., & Breda, M. F. V. (2010). *Teoria da Contabilidade*. Atlas.
- Herath, S. K., & Albarqi, N. (2017). Financial reporting quality: A literature review. *International Journal of Business Management and Commerce*, 2(2), 1-14.
- Holland, J. (1999). Financial reporting, private disclosure and the corporate governance role of financial institutions. *Journal of Management and Governance*, 3, 161-187. <https://doi.org/10.1023/A:1009991609633>
- Holthausen, R. W. (2009). Accounting standards, financial reporting outcomes, and enforcement. *Journal of Accounting Research*, 47(2), 447-458. <https://www.jstor.org/stable/25548027>
- Huang, H. W., Rose-Green, E., & Lee, C. C. (2012). CEO age and financial reporting quality. *Accounting Horizons*, 26(4), 725-740. <https://doi.org/10.2308/acch-50268>
- Ingram, R. W., & DeJong, D. V. (1987). The effect of regulation on local government disclosure practices. *Journal of Accounting and Public Policy*, 6(4), 245-270. [https://doi.org/10.1016/S0278-4254\(87\)80002-9](https://doi.org/10.1016/S0278-4254(87)80002-9)

- Institute of Internal Auditors (2009). *The role of internal auditing in enterprise-wide risk management*. Institute of Internal Auditors  
<https://www.theiia.org/globalassets/documents/resources/the-role-of-internal-auditing-in-enterprise-wide-risk-management-january-2009/pp-the-role-of-internal-auditing-in-enterprise-risk-management.pdf>.
- Instrução Normativa-TCU nº 84, de 22 de abril de 2020. (2020). Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal. Diário Oficial da União : Tribunal de Contas da União.  
<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881F7197623C0171F4AB55A44585&inline=1>
- International Public Sector Accounting Standards Board. (2014). Conceptual framework for general purpose financial reporting by public sector entities.  
<https://www.ipsasb.org/publications/conceptual-framework-general-purpose-financial-reporting-public-sector-entities-3>
- Iudícibus, S. (2000). Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S. de; Marion, J. C.; Siqueira, R. L. (2017). *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável também às demais sociedades*. São Paulo: Atlas.
- Iyoha, F. O. (2012). Company attributes and the timeliness of financial reporting in Nigeria. *Business Intelligence Journal*, 5(1), 41-49.
- Jabir, F. (2013). The Quality of Accounting Information and The Accounting Information System through The Internal Control Systems: A Study on Ministry and State Agencies of the republic of Indonesia. *Research Journal of Finance and Accounting*, 4(6), 156-161.
- Jegers, M. (2008). *Managerial economics of non-profit organizations*. Routledge.
- Jiang, F., Liu, L., Zhang D., H. (2020). Does the presence of an auditor affect the informativeness of earnings? Evidence from China. *China Journal of Accounting Research*, 13(1), 61-77
- Jonas, G. J., & Blanchet, J. (2000). Assessing quality of financial reporting. *Accounting horizons*, 14(3), 353-363.  
<https://www.proquest.com/openview/e26550cc9d1557fce43deb34f261d25b/1?pq-origsite=scholar&cbl=3330>
- Juhmani, O. I. (2012). Factors influencing the extent of corporate compliance with IFRS: evidence from companies listed in Bahrain Stock Exchange. *Journal of International Business and Economics*, 12(2), 67-79.
- Junior, J. A. G.; Martins, E. (2016). The importance of accounting information in public management. *Brazilian Journal of Accounting*, 217, 23-34.  
<https://www.scielo.br/pdf/rbc/v45n217/0034-7329-rbc-45-217-0023.pdf>.

- Kerecsi, D., Tarnóczy, T., & Fenyves, V. (2018). Users'opinions about the information content of the notes to the financial statement. *SEA: Practical Application of Science*, 6(3), 247-256. <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=738569>
- Kibiya, M. U., Che-Ahmad, A., & Amran, N. A. (2016). Audit committee independence, financial expertise, share ownership and financial reporting quality: Further evidence from Nigeria. *International Journal of Economics and Financial Issues*, 6(7), 125-131. <https://dergipark.org.tr/en/pub/ijefi/issue/32000/353041>
- Kieso, D. E., Weygandt, J. J., Warfield, T. D., Young, N. M., Wiecek, I. M., & McConomy, B. J. (2013). *Intermediate Accounting*. Wiley Global Education.
- Kim, J. B., Simunic, D. A., Stein, M. T., & Yi, C. H. (2011). Voluntary audits and the cost of debt capital for privately held firms: Korean evidence. *Contemporary accounting research*, 28(2), 585-615.
- Kouzmin, A., Löffler, E., Klages, H., & Korac-Kakabadse, N. (1999). Benchmarking and performance measurement in public sectors: Towards learning for agency effectiveness. *International Journal of Public Sector Management*, 12(2), 121-144. <https://doi.org/10.1108/09513559910263462>
- Krishnamoorthy, G. (2001). A cascaded inference model for evaluation of the internal audit report. *Decision Sciences*, 32(3), 499-520. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5915.2001.tb00969.x>
- Lakatos, L. P., Kovács, D. M., Mohl, G., Rózsa, I., & Szirmai, A. (2013). Theory and Practice of International Financial Reporting Standards [Nemzetközi pénzügyi beszámolósi standardok elmélete és gyakorlata]. *Chamber of Hungarian Auditors [Magyar Könyvvizsgálói Kamara], Budapest*.
- Lang, M., & Lundholm, R. (1993). Cross-sectional determinants of analyst ratings of corporate disclosures. *Journal of Accounting Research*, 31(2), 246-271. <https://doi.org/10.2307/2491273>
- Laurie, N. (2004, January, 29). *Benchmarking, KPI's, annual reporting for parliamentary department and the use of member surveys: Queensland case study*. In ANZACATT Professional Development Seminar, Sydney.
- Leme, R. M., Vitorino, M. A., Almeida, M. I., & Funchal, B. (2017). Explanatory notes: analysis of disclosure by federal state-owned enterprises. *Journal of Accounting & Finance*, 28(74), 94-107. [10.1590/1808-057x201703530](https://doi.org/10.1590/1808-057x201703530).
- Lopes, A. B., Souza, A. R. de, & da Silva, C. R. (2019). Transparency in public management: a study on the perception of municipal managers. *Journal of Public Management: Practices and Challenges*, 10(1), 1-22.
- Lourenço, L. M. G., & Francisco, J. R. S. (2016, 31 de outubro a 1 de novembro). *Análise de qualidade da informação contábil das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA [Artigo apresentado]*. 13º Simpósio em Excelência em Gestão e

Tecnologia, Rio de Janeiro.  
<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/18824186.pdf>

- Macêdo, F. F. R. R., & Klann, R. C. (2014). Análise das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP): um estudo nas unidades da federação do Brasil. *Revista Ambiente Contábil*, 6(1), 253-272. <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/contabil/article/view/459>
- Maines, L. A., & Wahlen, J. M. (2006). The nature of accounting information reliability: Inferences from archival and experimental research. *Accounting Horizons*, 20(4), 399-425.
- Maletta, M. J. (1993). An examination of auditors' decisions to use internal auditors as assistants: The effect of inherent risk. *Contemporary Accounting Research*, 9(2), 508-525. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.1993.tb00895.x>
- Mayoral, J. M., & Sánchez-Segura, A. (2008). Gobierno corporativo y calidad de la información contable: Evidencia empírica española: Corporate governance and earnings quality evidence from spanish companies. *Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review*, 11(1), 67-100. <https://revistas.um.es/rcsar/article/view/384361>
- Moeller, R. R. (2010). *Brink's Modern Internal Auditing*. John Wiley & Sons.
- Muda, I., Harahap, A. H., Ginting, S., Maksum, A., & Abubakar, E. (2018, March). Factors of quality of financial report of local government in Indonesia. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, 126(1), 1-6. <http://dx.doi.org/10.1088/1755-1315/126/1/012067>
- Novak, A. (2016). Issues in the Recognition versus Disclosure of Financial Information Debate. *Naše Gospodarstvo/Our Economy*, 62(4), 52-61. <https://doi.org/10.1515/ngoe-2016-0024>
- Olaoye, S. A. (2022). International Public Sector Accounting Standards and Organisational Characteristics as Determinants of Timeliness of Financial reporting in Nigerian Public Sector Institutions. *The International Journal of Business & Management*, 10(1), 1-9. <http://dx.doi.org/10.24940/theijbm%2F2022%2Fv10%2Fi1%2FBM2201-026>
- Oliveira, D. C. de, Santos, D. M. dos, & Lopes, A. B. (2017). The competence of the accounting professional in public administration: a study in the prefectures of the state of São Paulo. *Journal of Management, Accounting and Economics of Fundace*, 8(2), 1-17.
- Oliveira, L. C. F., Oliveira, L. S. D. de, Medeiros Lima, V. G. de, & Lima, R. J. V. de. S. (2018). Análise da compreensibilidade dos relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público. *Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI*, 5(2), 16-32. <https://doi.org/10.26694/2358.1735.2018.v5ed25948>

- Oliveira, R. A., Aquino, A. L. A., & Avelino, B. V. (2021). Professional competencies, auditor selection and audit quality: Evidence from private companies. *Contemporary Journal of Accounting*, 18(48), 61-83
- Olowokure, O. A., Tanko, M., & Nyor, T. (2016). Firm structural characteristics and financial reporting quality of listed deposit money banks in Nigeria. *International Business Research*, 9(1), 1-17. <https://pdfs.semanticscholar.org/67e9/bbd062c2e0814aac4102e65d050136340b10.pdf>
- Owusu-Ansah, S. (2000). Timeliness of corporate financial reporting in emerging capital markets: Empirical evidence from the Zimbabwe Stock Exchange. *Accounting and Business Research*, 30(3), 241-254. <https://doi.org/10.1080/00014788.2000.9728939>
- Oxner, T., & Oxner, K. (2006). Boom time for internal audit professionals: thanks to the profession's growing stature, internal auditors are enjoying higher salaries and greater career opportunities, The IIA's latest Job Market Survey reports. *Internal Auditor*, 63(3), 50-57. <https://go.gale.com/ps/i.do?id=GALE%7CA147344392&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=abs&issn=00205745&p=AONE&sw=w&userGroupName=anon%7E9d5ac719>
- Peasnell, K. V., Pope, P. F., & Young, S. (2005). Board monitoring and earnings management: do outside directors influence abnormal accruals? *Journal of Business Finance & Accounting*, 32(7-8), 1311-1346. <https://doi.org/10.1111/j.0306-686X.2005.00630.x>
- Penido, A. M., Rodrigues, A., Avelar, P. H. L., & Benedicto, S. C. de. (2011). A compreensão dos cidadãos acerca dos demonstrativos públicos: uma análise em três municípios mineiros. *Revista Acadêmica Feol*, 1(1), 1-20. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2828696>
- Perdana, D. (2018). Accounting Information Quality and Capital Investment Choice in the Governance Perspective—an Indonesian Evidence. *International Journal of Business Management and Economic Research*, 9(2), 236-243. <http://www.ijbmer.com/docs/volumes/vol9issue2/ijbmer2018090201.pdf>
- Peres, P. D. S. L. N., & Barbosa, P. D. S. W. N. (2021, 4 a 7 de dezembro). *Qualidade do Relato Financeiro do Setor Público sob a Ótica das Características Qualitativas* [Artigo apresentado]. 15º Congresso ANPCONT, Evento virtual. [https://anpcont.org.br/wp-content/uploads/2022/05/350\\_merged.pdf](https://anpcont.org.br/wp-content/uploads/2022/05/350_merged.pdf)
- Pforsich, H. D., Kramer, B. K. P., & Just, G. R. (2006). Establishing an effective internal audit department: it's a critical part of corporate governance and a good way to advance your business. *Strategic Finance*, 22-29. <https://link.gale.com/apps/doc/A144352599/AONE?u=anon~fde5412d&sid=googleScholar&xid=f8c54784>

- Ponte, V. M. R., & Oliveira, M. C. (2004). A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 15, 7-20.
- Power, M. K. (2003). Auditing and the production of legitimacy. *Accounting, Organizations and Society*, 28(4), 379-394. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(01\)00047-2](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(01)00047-2)
- Puyvelde, S. V., Caers, R., Du Bois, C., & Jegers, M. (2012). The governance of nonprofit organizations: Integrating agency theory with stakeholder and stewardship theories. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 41(3), 431-451. <https://doi.org/10.1177/0899764011409757>
- Rakhman, F., & Wijayana, S. (2019). Determinants of financial reporting quality in the public sector: Evidence from Indonesia. *The International Journal of Accounting*, 54(03), 1950009.
- Ramos, F. M., & Klann, R. C. (2015). Qualidade da informação contábil das entidades do terceiro setor brasileiras. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, 7(1), 1-30. <https://doi.org/10.24023/FutureJournal/2175-5825/2015.v7i1.177>
- Ramos, F. M., & Klann, R. C. (2019). Relationship between quality in accounting information and organizational characteristics of the third sector entities. *Organizações & Sociedade*, 26(88), 09-27. <https://doi.org/10.1590/1984-9260881>
- Rep, A. (2021). Notes to the Financial Statements: Current State and Improvement. *Business Systems Research: International journal of the Society for Advancing Innovation and Research in Economy*, 12(2), 60-78. <https://hrcak.srce.hr/ojs/index.php/bsr/article/view/15539>
- Rezende, F., Cunha, A., & Bevilacqua, R. (2010). Informações de custos e qualidade do gasto público: lições da experiência internacional. *Revista de Administração Pública*, 44, 959-992.
- Ribeiro, M. F. A. F., & Carvalho, L. N. G. (2020). Quality of accounting information: an analysis of its role as an instrument of accountability in the public sector. *Contemporary Journal of Accounting*, 17(42), 38-57. 10.5007/2175-8069.2020v17n42p38
- Robbins, W. A., & Austin, K. R. (1986). Disclosure quality in governmental financial reports: An assessment of the appropriateness of a compound measure. *Journal of Accounting Research*, 24(2), 412-421. <https://doi.org/10.2307/2491145>
- Róth J., Adorján Cs., Lukács J., Veit J. (2008). Számviteli törvény és a számviteli alapelvek (Accounting Act and accounting principles) *Budapest Magyar Könyvvizsgálói Központ Kft*, 1-24.

- Rusady, W. P., & Prasetyo, A. B. (2018). Effect of corporate governance and disclosure of corporate social responsibility on the quality of financial statements. *InFestasi*, 14(2), 146-153.
- Sá, A. L. C. de, Souza, M. A. P. de, & Almeida, J. E. F. de. (2016). The importance of explanatory notes in financial statements. *Scientific Journal of Academic Vision*, 17(2), 47-60.
- Santana, A. G., Bezerra, F. A., Teixeira, S. A., & Cunha, P. R. D. (2016). Auditoria independente e a qualidade da informação na divulgação das demonstrações contábeis: estudo comparativo entre empresas brasileiras auditadas pelas big four e não big four. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 19(3), 70-87.
- Santos, J. B. P. dos, Santos, S. P. dos, & Oliveira, C. A. de. (2018). Competence of the external public auditor: perception of the servers of the Court of Auditors of the State of Minas Gerais. *Journal of Public Service*, 69(2), 383-409.
- Sarbanes-Oxley. (2002). Corporate and Auditing and Accountability, Responsibility, and Transparency Act of 2002, US Public Law 107-204. 107th Congress, 2nd Session, July 30.
- Sari, E. N. (2015). Accounting practices effectiveness and good governance: Mediating effects of accounting information quality in municipal office of Medan City, Indonesia. *Research Journal of Finance and Accounting*, 6(2), 1-20. <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=c813bc92da0f39f3822e3d65d6a7ea437e39c2a4>
- Schipper, K., & Vincent, L. (2003). Earnings quality. *Accounting horizons*, 17, 97-110.
- Secretaria do Tesouro Nacional (2021). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:31484](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484)
- Silva, A. B. da, Souza, A. C. P. de, & Ribeiro, M. A. (2017). Competence of the accounting professional in the public area: perception of municipal managers in the state of Minas Gerais. *Journal of Accounting of the Master in Accounting Sciences of UERJ*, 22(3), 68-82.
- Silva, J. O., & Silva, A. C. (2015). The importance of the quality of accounting information in the public sector. *Journal of Public Service*, 66(3), 373-394. 10.21874/RSP.v66i3.979
- Silva, R. B., Castro, L. A., Ponte, V. M. R., & Domingos, S. R. M. (2019). *Nível de disclosure e forma das notas explicativas: um estudo à luz da OCPC07* [Artigo apresentado]. 13º Congresso Anpcont, São Paulo. [https://anpcont.org.br/pdf/2019\\_CUE302.pdf](https://anpcont.org.br/pdf/2019_CUE302.pdf)

- Simnett, R., Huggins, A. L. (2020). Competence, Integrity, and Skepticism in Auditing: Lessons from Cognitive Psychology. *Journal of Accounting, Auditing, and Accountability*, 33(7), 1592-1624.
- Sloan, R. G. (2001). Financial accounting and corporate governance: a discussion. *Journal of accounting and economics*, 32(1-3), 335-347. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00039-8](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00039-8)
- Spencer, D. (2010). Governing through standards: Networks, failure and auditing. *Sociological Research Online*, 15(4), 1-13. <https://doi.org/10.5153/sro.222>
- Trindade, E. N., Vaz, M., Lauer, J., Bortolini, V. S., & Trindade, M. R. M. (2021). Conselhos de fiscalização profissional e proteção da sociedade. *Revista Bioética*, 29(3), 499-503. <https://doi.org/10.1590/1983-80422021293486>.
- Waluyo, W. (2017). Firm size, firm age, and firm growth on corporate social responsibility in Indonesia: The case of real estate companies. *European Research Studies Journal*, 20(4A), 360-369. <https://www.um.edu.mt/library/oar/handle/123456789/32639>
- Warraq Publishing and Distribution Est. Amiran, M., Asadi, A., & Oladi, M. (2022). Presentation of Novel Multiple Regression Model for Accounting Information Quality, Corporate Investment, and Moderating Role of Ownership Structure in Companies. *Discrete Dynamics in Nature and Society*, 2022, 1-10. <https://doi.org/10.1155/2022/2125487>
- Wati, L. N., Ramdany, R., & Momon, M. (2020). Benefits and Costs of Political Connection, Evidence in Indonesia. *Widya Cipta: Jurnal Sekretari dan Manajemen*, 4(2), 191-196. <https://doi.org/10.31294/widyacipta.v4i2.9632>.
- Willekens, M. (2008). Effects of external auditing in privately held companies: Empirical evidence from Belgium. *WorNing paper series*.
- Wood, F., Horner, D. (2010). *Business Accounting Basics*. Pearson Education Limited.
- Yoon, S. (2007). *Accounting quality and international accounting convergence*. Oklahoma State University.
- Yurisandi, T., & Puspitasari, E. (2015). Financial reporting quality-before and after IFRS adoption using NiCE qualitative characteristics measurement. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 211, 644-652. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.11.091>

## APÊNDICE A - LISTA DE SÍTIOS ELETRÔNICOS

Nome do Conselho	Sigla	Sítio Eletrônico
Conselho Federal de Administração	CFA	<a href="http://www.cfa.org.br">http://www.cfa.org.br</a>
Conselho Federal de Serviço Social	CFESS	<a href="http://www.cfess.org.br/">http://www.cfess.org.br/</a>
Conselho Federal de Biblioteconomia	CFB	<a href="https://cfb.org.br/">https://cfb.org.br/</a>
Conselho Federal de Biologia	CFBio	<a href="http://cfbio.gov.br/">http://cfbio.gov.br/</a>
Conselho Federal de Economia	COFECON	<a href="https://cofecon.org.br/">https://cofecon.org.br/</a>
Conselho Federal de Educação Física	CONFEF	<a href="https://www.confef.org.br/">https://www.confef.org.br/</a>
Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional	COFFITO	<a href="https://www.coffito.gov.br/nsite/">https://www.coffito.gov.br/nsite/</a>
Conselho Federal de Fonoaudiologia	CFFa	<a href="https://www.fonoaudiologia.org.br/">https://www.fonoaudiologia.org.br/</a>
Conselho Federal de Medicina	CFM	<a href="https://portal.cfm.org.br/">https://portal.cfm.org.br/</a>
Conselho Federal de Medicina Veterinária	CFMV	<a href="https://www.cfmv.gov.br/">https://www.cfmv.gov.br/</a>
Conselho Federal de Museologia	COFEM	<a href="https://cofem.org.br/">https://cofem.org.br/</a>
Conselho Federal de Nutricionistas	CFN	<a href="https://www.cfn.org.br/">https://www.cfn.org.br/</a>
Conselho Federal de Odontologia	CFO	<a href="https://transparencia.cfo.org.br/">https://transparencia.cfo.org.br/</a>
Conselho Federal de Psicologia	CFP	<a href="https://site.cfp.org.br/">https://site.cfp.org.br/</a>
Conselho Federal de Química	CFQ	<a href="https://cfq.org.br/">https://cfq.org.br/</a>
Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas	CONFERP	<a href="http://conferp.org.br/">http://conferp.org.br/</a>
Conselho Federal de Técnicos Industriais	CFT	<a href="https://www.cft.org.br/">https://www.cft.org.br/</a>
Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	CAU/BR	<a href="https://caubr.gov.br">https://caubr.gov.br</a>
Conselho Federal de Contabilidade	CFC	<a href="https://www3.CFC.org.br/">https://www3.CFC.org.br/</a>
Conselho Federal de Enfermagem	COFEN	<a href="http://www.cofen.gov.br/">http://www.cofen.gov.br/</a>
Conselho Federal dos representantes Comerciais	CONFERE	<a href="https://www.confere.org.br/">https://www.confere.org.br/</a>
Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia	CONTER	<a href="http://conter.gov.br/">http://conter.gov.br/</a>
Conselho Federal de Biomedicina	CFBM	<a href="https://cfbm.gov.br/">https://cfbm.gov.br/</a>
Conselho Federal de Corretores de Imóveis	COFECI	<a href="https://www.cofeci.gov.br/">https://www.cofeci.gov.br/</a>
Conselho Federal de Economistas Domésticos	CFED	<a href="https://cred1.org.br/">https://cred1.org.br/</a> <a href="http://www.cfed.org.br">www.cfed.org.br</a>
Conselho Federal de Educadores e Pedagogos	CFEP	<a href="https://www.cfep.org.br/">https://www.cfep.org.br/</a>
Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia	CONFEA	<a href="https://www.confear.org.br/">https://www.confear.org.br/</a>
Conselho Federal de Estatística	CONFEE	<a href="https://www.confear.org.br/">https://www.confear.org.br/</a>
Conselho Federal de Farmácia	CFF	<a href="https://site.cff.org.br/">https://site.cff.org.br/</a>
Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil	OMBCF	<a href="https://www.ombcf.org.br/">https://www.ombcf.org.br/</a>
Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas	CFTA	<a href="https://www.cfta.org.br/">https://www.cfta.org.br/</a>
Conselho Federal dos Despachantes Documentalistas do Brasil	CFDD	<a href="https://www.cfdd.org.br/">https://www.cfdd.org.br/</a>

## APÊNDICE B – CHECKLIST I

Quesito	Assunto	Itens
CF1	Informações gerais (MCASP, 8ª Edição, p. 466 e 469 e Conselho Federal de Contabilidade (2022g). NBC TSP 11 item 150)	1.1. O nome da entidade
		1.2. Forma jurídica da entidade
		1.3. Domicílio e jurisdição onde ela opera
		1.4. Descrição da natureza das operações da entidade e de suas principais atividades
		1.5. Referência à legislação relevante que rege as operações da entidade
		1.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis
CF2	Resumo das políticas contábeis significativas (MCASP, 8ª Edição, p. 466 e NBC TSP 11 Item 129)	2.1. Novas normas e políticas contábeis alteradas
		2.2. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis
CF3	Receita de transações sem contraprestação (MCASP, 8ª Edição, p. 245 e NBC TSP 01 p. 22)	3.1 As políticas contábeis adotadas para o reconhecimento de receita de transações sem contraprestação
CF4	Balanço orçamentário (MCASP, 8ª Edição, p. 418 e NBC TSP 13)	4.1 Divulgação acerca do regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado
		4.2 O período a que se refere o orçamento
		4.3 o detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário)
		4.4 A utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários
		4.5 Influência do superávit financeiro no resultado orçamentário
		4.6 O procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente
CF5	Balanço Patrimonial (MCASP, 8ª Edição, p. 437 e 438 adaptado; NBC TSP 11, item 129, c)	Detalhamento das seguintes contas:
		5.1 Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo
		5.2 Imobilizado
		5.3 Intangível
		5.4 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo
		5.5 Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo, segregando as provisões para benefícios a empregados dos demais itens
5.6 Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados cumulados e quaisquer reservas		
CF6	DVP (MCASP, 8ª Edição, p. 448 e NBC TSP 11, item 129, c)	Evidenciação, ainda que seus valores não sejam relevantes:
		6.1 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, bem como as reversões de tais reduções
		6.2 Baixas de itens do ativo imobilizado

Quesito	Assunto	Itens
		6.3 Baixas de investimento
		6.4 Constituição ou reversão de provisões
CF7	Demonstração dos Fluxos de Caixa (MCASP, 8ª Edição, p. 457 e NBC TSP 11, item 129, c)	7.1 O montante de linhas de crédito obtidas, mas não utilizadas, que podem estar disponíveis para futuras atividades operacionais e para satisfazer a compromissos de capital, indicando restrições, se houver, sobre o uso de tais linhas de crédito
		7.2 O montante e a natureza de saldos de caixa não disponíveis
		7.3 Descrição dos itens incluídos no conceito de caixa e equivalente de caixas
		7.4 Conciliação do saldo de caixa e equivalente de caixas apresentado na DFC com o valor apresentado no Balanço Patrimonial, justificando eventuais diferenças
		7.5 Divulgação de todas as informações relevantes sobre transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa
CF8	Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (MCASP, 8ª Edição, p. 463 e NBC TSP 11, item 129, c)	8.1 Efeitos das alterações nas políticas contábeis ou correção de erros
		8.2 Qualquer alteração relevante no patrimônio líquido
CF9	Provisões (MCASP, 8ª Edição, p. 261 e NBC TSP 03, itens 97 e 98)	Para cada tipo/classe de provisão:
		9.1 O valor contábil no início e no final do período
		9.2 Provisões complementares feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes
		9.3 Montantes utilizados (isto é, incorridos e imputados contra a provisão) durante o período
		9.4 As quantias não utilizadas revertidas durante o período
		9.5 O aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto
		9.6 Uma breve descrição da natureza da obrigação e a periodicidade prevista de qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços
		9.7 Uma indicação das incertezas sobre o valor ou a periodicidade destas saídas. Quando for necessário fornecer informação adequada, a entidade deve evidenciar as principais premissas feitas a respeito dos eventos futuros
		9.8 O montante de algum reembolso previsto, declarando o valor de qualquer ativo reconhecido para tal reembolso
CF10	Passivo contingentes (MCASP, 8ª Edição, p. 262 e NBC TSP 03, item 100)	10.1 Para cada tipo/classe de passivo contingente, a entidade deve evidenciar, em notas explicativas: uma breve descrição da natureza do passivo contingente
		Quando aplicável:
		10.2 A estimativa de seu efeito financeiro
		10.3 A indicação das incertezas em relação à quantia ou periodicidade da saída

Quesito	Assunto	Itens
		10.4 A possibilidade de algum reembolso
CF11	Ativos contingentes (MCASP, 8ª Edição, p. 263 e NBC TSP 03, item 105)	11.1 Para cada classe de ativo contingente, a entidade deve evidenciar uma descrição da natureza do ativo contingente 11.2 Quando aplicável, a estimativa de seu efeito financeiro, mensurada em conformidade com os critérios utilizados para a mensuração das provisões
CF12	Ativo Imobilizado (MCASP, 8ª Edição, p. 190 e NBC TSP 07 p. 16)	Recomenda-se divulgar, para cada grupo de ativo imobilizado reconhecido nas demonstrações contábeis: 12.1 Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto 12.2 A conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrando: i. Adições; ii. Baixas; iii. Aumentos ou reduções decorrentes de reavaliações e perda por redução ao valor recuperável de ativos reconhecida ou revertida diretamente no patrimônio líquido; iv. Perdas por desvalorização de ativos, reconhecidas no resultado; v. Reversão das perdas por desvalorização de ativos, reconhecidas no resultado; vi. Depreciações. 12.3 A depreciação, quer seja reconhecida no resultado, quer como parte do custo de outros ativos, durante o período 12.4 A depreciação acumulada no final do período
CF13	Ativo Imobilizado - Depreciação (MCASP, 8ª Edição, p. 193)	A entidade deverá divulgar, para cada classe de ativo: 13.1 O método utilizado, a vida útil econômica e a taxa utilizada 13.2 O valor contábil bruto e a depreciação, a amortização e a exaustão acumuladas no início e no fim do período
CF14	Estoques (MCASP, 8ª Edição, p. 172 e NBC TSP 04, p. 9)	14.1 As políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo formas e critérios de valoração utilizados 14.2 O valor total escriturado em estoques e o respectivo desdobramento utilizado pelo ente 14.3 O valor de estoques reconhecido como VPD durante o período 14.4 O valor de qualquer ajuste de perdas de estoques reconhecida no resultado do período 14.5 As circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão da redução de estoques 14.6 O valor escriturado de estoques dados como garantia a passivos
CF15	Ativos intangíveis (MCASP, 8ª Edição, p. 204 e NBC TSP 08, p. 22)	Para cada classe de ativos intangíveis, fazendo a distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

Quesito		Assunto	Itens
			15.1 Com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas
			15.2 Os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida
			15.3 O valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período
			15.4 A conciliação do valor contábil no início e no final do período

Nota: neste *checklist* há quesitos referentes à conformidade normativa (CF).

## APÊNDICE C – CHECKLIST II

Quesito	Referência	Pergunta	Critério de pontuação	Conceito
R1	Adaptado de Beest et al. (2009)	Até que ponto a presença de informações prospectivas ajudaram o usuário a projetar ou a revisar as expectativas futuras da entidade, melhorando a qualidade dos relatórios financeiros?	<p>0 - A entidade não divulgou informações prospectivas</p> <p>1 - A entidade divulgou informações prospectivas, mas que não ajudaram o usuário a projetar ou a revisar as expectativas futuras da entidade satisfatoriamente</p> <p>2 - A entidade divulgou informações prospectivas que satisfatoriamente ajudaram o usuário a projetar ou a revisar as expectativas futuras da entidade</p>	Valor preditivo - A declaração prospectiva geralmente descreve as expectativas da administração para os anos futuros da organização. Para os usuários do relatório anual, esta informação é relevante, pois a administração tem acesso a informações privadas para produzir uma previsão que não está disponível para outras partes interessadas (Bartov & Mohanram, 2004).
R2	Adaptado de Beest et al. (2009)	A entidade aplicou o modelo da reavaliação em vez do modelo de custos para mensuração pós reconhecimento do ativo imobilizado, de modo a aumentar a qualidade dos relatórios financeiros?	<p>0 - A entidade utilizou o modelo de custo para mensurar o ativo imobilizado após o reconhecimento</p> <p>1 - A entidade utilizou o modelo de custo para mensurar alguns itens do ativo imobilizado após o reconhecimento e outros, o modelo de reavaliação</p> <p>2 - A entidade utilizou o modelo de reavaliação para mensurar o ativo imobilizado após o reconhecimento</p>	Valor preditivo - Literaturas anteriores afirmam que o valor justo fornece informações mais relevantes do que o custo histórico porque representa o valor atual dos ativos, em vez do preço de compra (Maines & Wahlen, 2006; Schipper e Vincent, 2003).
R3	Adaptado de Beest et al. (2009)	Até que ponto a presença de informações sobre o ambiente externo (riscos e oportunidades) melhorou a qualidade dos relatórios financeiros?	<p>0 - A entidade não apresentou informações sobre o ambiente externo (riscos e oportunidades)</p> <p>1 - A entidade apresentou informações sobre o ambiente externo (riscos e oportunidades), mas não alcançou um nível satisfatório de qualidade</p> <p>2 - A entidade apresentou satisfatoriamente informações sobre o ambiente externo (riscos e oportunidades)</p>	Valor preditivo - As informações sobre riscos e oportunidades permitem os usuários a projetarem possíveis cenários futuros para a organização (Jonas e Blanchet, 2000).
R4	Adaptado de Penido et al. (2011, p. 10) e Abreu e	Até que ponto a divulgação de informações relacionadas às atividades-fim dos Conselhos Profissionais,	<p>0 - A entidade não apresentou informações relacionadas às suas atividades-fim</p> <p>1 - A entidade apresentou informações relacionadas às suas atividades-fim, mas não alcançou um nível satisfatório de qualidade</p>	Conforme CFC (2016b), as informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos de prestação de contas e responsabilização

Quesito	Referência	Pergunta	Critério de pontuação	Conceito
	Bezerra Filho (2021)	que, segundo Breda (2019), são regular, normatizar e fiscalizar a profissão, melhorou a qualidade dos relatórios financeiros?	2 - A entidade apresentou satisfatoriamente informações relacionadas às suas atividades-fim	(accountability) e tomada de decisão. Informações como a extensão na qual os gestores cumpriram as suas responsabilidades pelo uso eficiente e eficaz dos recursos e a realização dos objetivos especificados da prestação de serviços irão auxiliar os usuários a entenderem melhor e, no contexto adequado, as informações relatadas e como esses fatores poderão influenciar o desempenho futuro da entidade (CFC, 2016b).
RF1	Adaptado de Beest et al. (2009)	Até que ponto a discussão, acerca dos resultados anuais, ao destacar tanto os eventos positivos quanto os negativos, melhorou a qualidade dos relatórios financeiros?	0 - A entidade não apresenta informações sobre eventos, seja positivo ou negativo, acerca dos seus resultados 0,67 - A entidade apresentou apenas os eventos positivos que impactaram os resultados anuais 1,33 - A entidade apresenta informações positivas e negativas acerca dos seus resultados, mas de modo insuficiente. 2 - A entidade apresentou suficientemente informações sobre eventos positivos e negativos, melhorando a qualidade dos relatórios financeiros	Neutralidade - Conforme International Public Sector Accounting Standards Board [IPSASB] (2014), a neutralidade em relatórios financeiros é a ausência de viés e se refere às informações que representem fielmente os fenômenos econômicos da entidade.
RF2	Adaptado de Gabriel, F. (2011)	Até que ponto o certificado de auditoria/avaliação contábil é apresentado e sua opinião é não modificada?	0 - A entidade não apresentou certificado de auditoria ou de avaliação contábil 0,67 - A entidade apresentou certificado de auditoria/avaliação contábil adverso, irregular ou com abstenção de opinião 1,33 - A entidade apresentou certificado de auditoria/avaliação contábil com ressalva 2 - A entidade apresentou certificado de auditoria/avaliação contábil com regularidade	Completude, verificabilidade, neutralidade e livre de erro material - Pesquisadores concluíram que o relatório dos auditores agrega valor às informações dos relatórios financeiros, pois fornece segurança razoável sobre o grau que representam fielmente os fenômenos e realidade econômico-financeira da organização (Gaeremynck & Willekens, 2003; Kim et al., 2007; Willekens, 2008).
RF3	Adaptado de Beest et al. (2009)	Até que ponto a presença de informações sobre governança corporativa aprimorou a qualidade dos relatórios financeiros?	0 - A entidade não apresentou informações sobre governança corporativa 1 - A entidade apresentou informações sobre governança corporativa, mas não alcançou um nível satisfatório de qualidade 2 - A entidade apresentou satisfatoriamente informações sobre governança corporativa	Completude, neutralidade e livre de erro material. A governança corporativa aumenta a probabilidade de que as informações contábeis estejam fielmente representadas (Holland, 1999; Sloan, 2001).
RF4	Adaptado de Gabriel,	Até que ponto a certificação de avaliação	0 - A entidade não apresentou certificado/avaliação das demonstrações contábeis	A atuação da auditoria ao analisar e relatar sobre as DCs possibilita, dentre outros, reduzir a assimetria

Quesito	Referência	Pergunta	Critério de pontuação	Conceito
	F. (2011)	das demonstrações contábil é expedida por auditor?	0,67 - A entidade apresentou certificado/avaliação das demonstrações contábeis expedido por profissionais não auditores/contadores 1,33 - A entidade apresentou certificado/avaliação das demonstrações contábeis expedido por contadores (não claramente auditores) 2 - A entidade apresentou certificado/avaliação das demonstrações contábeis expedido por auditores	informacional entre os usuários da informação contábil, permitindo que possam verificar a validade da divulgação (Santana et al., 2016).
CR1	Referência Cruzada (Adaptado da NBC TSP 11, item 128)	Até que ponto a entidade fez uso de referência cruzada às demonstrações contábeis para melhorar a qualidade das notas explicativas?	0 - Não fez uso de referência cruzada 1 - Fez uso, mas em quantidade insuficiente para melhorar a qualidade 2 - Fez uso em quantidade suficiente para melhorar a qualidade	A utilização de referência cruzada é uma decisão de organização das informações, que torna as informações mais claras, tornando-as mais compreensíveis (Conselho Federal de Contabilidade [CFC], 2016b; Abreu e Bezerra Filho, 2021).
CR2	Adaptado de Abreu e Bezerra Filho (2021)	Até que ponto os relatórios financeiros continham gráficos, tabelas, resumo, glossário ou figuras ilustrativas, de modo a tornar mais compreensíveis as informações apresentadas? (Iudícibus, 2000; Hendriksen & Breda, 2010; Bogoni et al., 2010; Penido et al., 2011);	0 - Os relatórios financeiros não continham gráficos, tabelas, resumos, glossários ou figuras ilustrativas 0,4 - Os relatórios financeiros continham apenas 1 item 0,8 - Os relatórios financeiros continham apenas 2 itens 1,2 - Os relatórios financeiros continham apenas 3 itens 1,6 - Os relatórios financeiros continham apenas 4 itens 2 - Os relatórios financeiros continham gráficos, tabelas, figuras ilustrativas, resumo e glossário	A utilização de complementos tais como glossários e gráficos são necessárias para contribuir com uma melhor compreensão das DCs divulgadas (Penido et al., 2011).
CR3	Adaptado de Abreu e Bezerra Filho (2021)	De modo geral, o ente considera questões como a apresentação visual, formatação e linguagem das informações evidenciadas em notas	0 - A entidade não considerou questões como a apresentação visual, formatação e linguagem das informações evidenciadas em notas explicativas 1 - A entidade considerou questões como a apresentação visual, formatação e linguagem das informações evidenciadas em notas explicativas, mas não alcançou um nível satisfatório de qualidade	A apresentação visual, formatação, padronização e linguagem adequada contribui para uma evidênciação de melhor qualidade, eleva a compreensibilidade das DCs e a transparência das contas públicas (Abreu & Bezerra Filho, 2021).

Quesito	Referência	Pergunta	Critério de pontuação	Conceito
		explicativas? (Bogoni et al., 2010).	2 - A entidade considerou satisfatoriamente questões como a apresentação visual, formatação e linguagem das informações evidenciadas em notas explicativas	
CR4	Adaptado de Lourenço e Francisco (2016)	Até que ponto a clareza das demonstrações financeiras, em termos de índice, títulos e ordem dos componentes melhorou a qualidade dos relatórios financeiros?	0 - A entidade não utilizou adequadamente índice, títulos e ordem dos componentes 0,67 - A entidade apresentou 1 item adequadamente 1,33 - A entidade apresentou 2 itens adequadamente 2 - A entidade utilizou adequadamente índice, títulos e ordem dos componentes	O usuário terá dificuldade de perceber a relevância da informação caso não consiga compreendê-la. Desse modo, é importante que a informação gerada tenha critérios simples e verificáveis pelos usuários (Cardoso, 2011).
CP1	Adaptado de Beest et al. (2009)	Até que ponto a presença de resultados e informações comparativas a períodos anteriores melhorou a qualidade dos relatórios financeiros?	0 - A entidade não apresentou resultados e informações comparativas a períodos anteriores 1 - A entidade apresentou resultados e informações comparativas apenas ao período anterior 2 - A entidade apresentou resultados e informações comparativas a mais de um período anterior	Consistência - Como a consistência se refere ao uso dos mesmos procedimentos contábeis todos os anos, os números deste ano devem ser comparáveis aos números dos anos anteriores (IASB, 2008). Nos casos em que não tenham ocorrido mudanças nas estimativas, julgamentos ou políticas contábeis, a organização melhora a comparabilidade das informações dos relatórios financeiros quando fornece uma visão geral comparando os resultados de anos diferentes (Beest et al., 2009).
CP2	Adaptado de Beest et al. (2009)	Até que ponto a padronização da NE em relação aos de entidades correlatas melhorou a sua qualidade?	0 - A NE apresentada pela entidade é padronizada em relação às de entidades correlatas 1 - A NE apresentada pela entidade guarda certa semelhança estrutural às de entidades correlatas, mas não alcançou um nível satisfatório de comparabilidade 2 - A NE apresentada pela entidade é padronizada com às de entidades correlatas	Comparabilidade - A comparabilidade não se refere apenas à consistência dos procedimentos contábeis utilizados por uma única organização, mas também à comparabilidade entre diferentes organizações (IASB, 2008). Ao avaliar a comparabilidade dos relatórios anuais de diferentes organizações, as políticas contábeis utilizadas, a estrutura do relatório anual e a explicação sobre transações e outros eventos são de especialmente importantes (Jonas e Blanchet, 2000).
CP3	Adaptado de Beest et al. (2009)	Até que ponto a entidade apresentou índices de resultados em notas explicativas, de modo a melhorar a sua qualidade?	0 - A entidade não apresentou índices de resultados em notas explicativas 1 - A entidade apresentou índices de resultados em notas explicativas, mas não alcançou um nível satisfatório de qualidade 2 - A entidade apresentou satisfatoriamente índices de resultados em notas explicativas	Comparabilidade - Segundo Beest et al. (2009), índices podem ser úteis para comparar o desempenho de diferentes organizações.

Quesito	Referência	Pergunta	Critério de pontuação	Conceito
V1	Adaptado de Beest et al. (2009)	Até que ponto a presença de informações que explicavam as premissas e estimativas utilizadas na preparação de demonstrações financeiras aumentou a qualidade dos relatórios financeiros?	<p>0 - A entidade não apresentou informações que explicam as premissas e estimativas utilizadas na preparação de demonstrações financeiras</p> <p>1 - A entidade apresentou informações que explicam as premissas e estimativas utilizadas na preparação de demonstrações financeiras, mas não alcançou um nível satisfatório de qualidade</p> <p>2 - A entidade apresentou satisfatoriamente informações que explicam as premissas e estimativas utilizadas na preparação de demonstrações financeiras</p>	Verificabilidade - É importante examinar a argumentação fornecida pelas diferentes estimativas e suposições feitas no relatório anual, de modo a torná-las verificáveis (Jonas & Blanchet, 2000). Os pressupostos que fundamentam as informações divulgadas, as metodologias adotadas na compilação dessas informações e os fatores e circunstâncias que suportam quaisquer opiniões expressas ou as divulgações feitas devem ser transparentes. Isso permitirá que os usuários formem julgamentos sobre a adequação dessas suposições e o método de compilação, medição, representação e interpretação da informação (IPSASB, 2014).
T1	Adaptado de Lourenço e Francisco (2016)	As notas explicativas foram publicadas dentro do prazo legal, isto é, 31/03 do ano subsequente? (IN TCU 84/2020, parágrafo 4 do artigo 8º)	<p>0 - As notas explicativas não foram publicadas dentro do prazo legal, isto é, até 31/03 do ano subsequente (IN TCU 84/2020, parágrafo 4 do artigo 8º) ou não consta a data publicação/disponibilização ao usuário</p> <p>1 - As notas explicativas foram publicadas dentro do prazo legal, isto é, até 31/03 do ano subsequente (IN TCU 84/2020, parágrafo 4 do artigo 8º) ou não consta a data publicação/disponibilização ao usuário</p> <p>2 - As notas explicativas foram publicadas dentro do prazo legal, isto é, até 31/03 do ano subsequente (IN TCU 84/2020, parágrafo 4 do artigo 8º)</p>	A divulgação das demonstrações fora do prazo legal prejudica a relevância da informação contábil, pois esta deve estar disponível ao tomador de decisão antes da perda de sua capacidade de influenciar a respectiva decisão (Lourenço & Francisco, 2016).

Nota: neste *Checklist* há quesitos relativos às características relevância (R), representação fidedigna (RF), compreensibilidade (CR), comparabilidade (CP), verificabilidade (V) e tempestividade (T).

## **APÊNDICE D – LISTA DE INFORMAÇÕES SOLICITADAS AOS CFFPS**

1) As demonstrações contábeis deste Conselho Federal, alusivas ao exercício de 2021, foram submetidas a um processo de auditoria? Caso positivo, foi realizado por auditoria interna ou externa?

Considere que a auditoria interna é realizada por auditores empregados do Conselho. Já a auditoria externa é realizada por empresa ou profissional não pertencente ao quadro de pessoal da entidade.

2) Na data de 31/12/2021, qual era número de inscritos ativos (pessoas físicas e jurídicas) em todo o Sistema Conselhos de Fiscalização desta profissão, o valor da anuidade em reais para pessoas físicas e jurídicas e o percentual de cota-parte que é remetido ao Conselho Federal?

3) Por qual instrumento jurídico este Conselho Federal foi criado?

4) As demonstrações contábeis deste Conselho Federal, alusivas ao exercício de 2021, foram elaboradas por profissionais da contabilidade (contadores e técnicos contábeis) terceirizados, efetivos ou ocupantes de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração?

5) As demonstrações contábeis deste Conselho Federal, alusivas ao exercício de 2021, foram auditadas por auditores terceirizados, efetivos ou ocupantes de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração?

6) Quantos profissionais da contabilidade deste Conselho Federal (contadores e técnicos contábeis) foram responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2021?

O questionamento justifica-se pela possibilidade de haver profissionais da contabilidade responsáveis por atividades que não possuem nexos com a elaboração das demonstrações contábeis, como contadores ou técnicos contábeis que atuam no setor de recursos humanos ou de auditoria interna, por exemplo.

7) Quantos auditores há neste Conselho Federal?

8) Quantos auditores foram responsáveis pelo processo de auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2021?

O questionamento justifica-se pela possibilidade de haver auditores responsáveis por outros tipos de auditoria, como auditoria de programas, legalidade ou operacional, por exemplo.

9) Qual o montante investido em reais, no exercício de 2021, na capacitação dos profissionais da contabilidade deste Conselho Federal (contadores e técnicos contábeis) responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis deste exercício?

10) Qual o valor investido em reais, no exercício de 2021, na capacitação dos auditores deste Conselho Federal responsáveis pelo processo de auditoria de demonstrações contábeis deste exercício?

11) Até a conclusão do processo de elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2021, quantos profissionais da contabilidade deste Conselho Federal (contadores e técnicos contábeis) responsáveis por este trabalho possuíam curso de pós-graduação lato sensu na área de contabilidade?

12) Até a conclusão do processo de elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2021, quantos profissionais da contabilidade deste Conselho Federal

(contadores e técnicos contábeis) responsáveis por este trabalho possuíam curso de pós-graduação stricto sensu (mestrado) na área de contabilidade?

13) Até a conclusão do processo de elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2021, quantos profissionais da contabilidade deste Conselho Federal (contadores e técnicos contábeis) responsáveis por este trabalho possuíam curso de pós-graduação stricto sensu (doutorado) na área de contabilidade?

14) Até a conclusão do processo de auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2021, quantos auditores deste Conselho Federal responsáveis por este trabalho possuíam curso de pós-graduação lato sensu na área de contabilidade?

15) Até a conclusão do processo de auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2021, quantos auditores deste Conselho Federal responsáveis por este trabalho possuíam curso de pós-graduação stricto sensu (mestrado) na área de contabilidade?

16) Até a conclusão do processo de auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2021, quantos auditores deste Conselho Federal responsáveis por este trabalho possuíam curso de pós-graduação stricto sensu (doutorado) na área de contabilidade?

17) Tendo como base a data de 31/12/2021, solicita-se uma relação contendo a remuneração mensal dos profissionais da contabilidade (contadores e técnicos contábeis) responsáveis pela elaboração de demonstrações contábeis e dos auditores de demonstrações contábeis deste Conselho Profissional. No caso de auditoria externa, solicita-se o montante pago ao profissional ou empresa contratada para avaliar as demonstrações contábeis de 2021 deste Conselho Federal.

**APÊNDICE E - PONTUAÇÃO CHECKLIST I - CONFORMIDADE NORMATIVA**

<b>Pontuação - Checklist I</b>		
<b>Quesito</b>	<b>Quantidade de itens</b>	<b>Pontuação máxima por quesito (Qtd x 2)</b>
CF1	6	12
CF2	2	4
CF3	1	2
CF4	6	12
CF5	6	12
CF6	4	8
CF7	5	10
CF8	2	4
CF9	8	16
CF10	4	8
CF11	2	4
CF12	4	8
CF13	2	4
CF14	6	12
CF15	4	8
Pontuação máxima do <i>checklist</i> I		124

## APÊNDICE F - PONTUAÇÃO *CHECKLIST* II - RELEVÂNCIA E REPRESENTAÇÃO FIDEDIGNA

Pontuação - <i>Checklist</i> II					
Características Qualitativas Fundamentais da Informação Contábil					
Relevância			Representação Fidedigna		
Quesito	Quantidade de itens	Pontuação máxima por quesito (Qtd x 2)	Quesito	Quantidade de itens	Pontuação máxima por quesito (Qtd x 2)
R1	1	2	RF1	1	2
R2	1	2	RF2	1	2
R3	1	2	RF3	1	2
R4	1	2	RF4	1	2
Pontuação máxima no quesito relevância		8	Pontuação máxima no quesito representação fidedigna		8

## APÊNDICE G - PONTUAÇÃO *CHECKLIST* II - COMPREENSIBILIDADE E COMPARABILIDADE

Pontuação - <i>Checklist</i> II					
Características Qualitativas de Melhoria da Informação Contábil					
Compreensibilidade			Comparabilidade		
Quesito	Quantidade de itens	Pontuação máxima por quesito (Qtd x 2)	Quesito	Quantidade de itens	Pontuação máxima por quesito (Qtd x 2)
CR1	1	2	CP1	1	2
CR2	1	2	CP2	1	2
CR3	1	2	CP3	1	2
CR4	1	2	-	-	-
Pontuação máxima no quesito Compreensibilidade		8	Pontuação máxima no quesito representação fidedigna		6

## APÊNDICE H - PONTUAÇÃO *CHECKLIST* II - VERIFICABILIDADE E TEMPESTIVIDADE

Pontuação - <i>Checklist</i> II					
Características Qualitativas de Melhoria da Informação Contábil					
Verificabilidade			Tempestividade		
Quesito	Quantidade de itens	Pontuação máxima por quesito (Qtd x 2)	Quesito	Quantidade de itens	Pontuação máxima por quesito (Qtd x 2)
V1	1	2	T1	1	2
Pontuação máxima no quesito verificabilidade		2	Pontuação máxima no quesito tempestividade		2

## APÊNDICE I - CFFPS QUE RESPONDERAM À SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

CFFPS QUE RESPONDERAM À SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES		
PROFISSÃO DO CONSELHO	SIGLA	SITUAÇÃO
Administradores	CFA	Respondida
Assistentes sociais	CFESS	Respondida
Bibliotecários	CFB	Respondida
Biólogos	CFBIO	Respondida
Economistas	COFECON	Respondida
Profissional de educação física	CONFEF	Respondida
Fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais	COFFITO	Não respondida
Fonoaudiólogos	CFFA	Respondida
Médicos	CFM	Respondida
Médicos veterinários e zootecnistas	CFMV	Respondida
Museólogos	COFEM	Respondida
Nutricionistas	CFN	Respondida
Odontólogos	CFO	Não respondida
Psicólogos	CFP	Respondida
Químicos	CFQ	Respondida
Relações-públicas	CONFERP	Respondida
Técnicos industriais	CFT	Respondida
Arquitetos e urbanistas	CAU/BR	Respondida
Contabilistas	CFC	Respondida
Enfermeiros e obstetizes	COFEN	Não respondida
Representantes comerciais	CONFERE	Respondida
Técnico em radiologia	CONTER	Não respondida
Biomédicos	CFBM	Não respondida
Corretores de imóveis	COFECI	Respondida
Economistas domésticos	CFED	Não respondida
Educadores e pedagogos	CFEP	Não respondida

Engenheiros e agrônomos	CONFEA	Respondida
Estatísticos	CONFE	Respondida
Farmacêuticos	CFF	Respondida
Músicos	OMBCF	Não respondida
Técnicos agrícolas	CFTA	Não respondida